



Escola de Ciências Sociais e Humanas
Departamento de Psicologia Social e das Organizações

Mau trato e pobreza: Revisão sistemática da literatura

Ana Cristina Barroqueiro da Fonseca

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Psicologia
Comunitária Proteção de Crianças e Jovens em Risco

Orientadora:

Professora Doutora Margarida e Sá de Vaz Garrido, Professora Auxiliar
ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

Coorientadora:

Mestre Cláudia Sofia Dinis Camilo, Doutoranda
ISCTE- Instituto Universitário de Lisboa

Setembro, 2018

Agradecimentos

A realização deste trabalho só foi possível graças ao apoio e participação de algumas pessoas, a quem desejo agradecer.

À Professora Doutora Margarida Vaz Garrido e à Mestre Cláudia Camilo, pela oportunidade de trabalhar uma área do meu interesse, por todas as orientações, incentivos e contributos imprescindíveis. Muito obrigada pela disponibilidade e por todas as horas de trabalho que tornaram possível a conclusão desta dissertação.

Aos meus colegas de curso, pelos momentos de partilha de conhecimentos e de discussão constante. Aos meus amigos de sempre e ao Pedro, à Jéssica e à Sara, pelo encorajamento e por terem estado sempre presentes neste último ano.

Aos meus avós, por serem um pilar na minha educação e uma referência na minha vida.

Por fim, aos meus pais, pelo apoio incondicional, pelos valores que me transmitiram e por sempre me terem incentivado a explorar novos caminhos, independentemente dos resultados, e ao meu irmão pela cumplicidade. Um enorme obrigada não é suficiente.

Resumo

O fenómeno dos maus tratos dirigidos a crianças tem vindo a ser estudado à luz de diferentes abordagens teóricas focadas em diferentes preditores da parentalidade abusiva ou negligente. Todavia, tem sido transversal a evidência que reporta o impacto da situação de pobreza (familiar ou comunitária) na parentalidade maltratante. No entanto, esta associação parece não ser direta, na medida em que, por um lado, se observam situações de mau trato em famílias que não se encontram em situação de pobreza e, por outro, que a maioria das famílias pobres não são maltratantes. Neste sentido, revela-se imprescindível identificar, de forma sistemática, quais os fatores que distinguem as famílias em situação de pobreza, maltratantes e não maltratantes. O presente estudo teve assim como objetivo apresentar uma revisão sistemática de literatura, de modo a explorar os preditores do mau trato (abuso e negligência) em famílias pobres.

Baseada no método *PRISMA*, a presente revisão sistemática incluiu 25 estudos, nos quais se exploraram os preditores de abuso e negligência, agrupadas posteriormente em seis categorias através da técnica de análise de conteúdo. Globalmente, as variáveis relativas à parentalidade (e.g., cognições parentais) e ao ambiente familiar e comunitário (e.g., violência doméstica) parecem constituir os melhores preditores do mau trato em famílias pobres, seguidas dos recursos psicológicos/emocionais dos pais (e.g., perturbações mentais), características da criança (e.g., temperamento) e das experiências maternas (e.g., história de mau trato na infância). Esta revisão poderá assim informar investigação futura acerca dos potenciais preditores do mau trato e sustentar práticas de intervenção com famílias maltratantes em situação de pobreza.

Palavras-chave: Mau trato infantil, Pobreza, Stressores parentais, Revisão sistemática da literatura.

Categorias e Códigos de Classificação da APA

2956 Childrearing & Child Care

3373 Community & Social Services

Abstract

Child maltreatment has been studied in the light of different theoretical approaches focused on different predictors of abusive or negligent parenting. However, the evidence of the role of poverty (family or community) on abusive parenting has always been pervasive. Nevertheless, this association does not appear to be a direct one in that, on the one hand, there are situations of maltreatment in families that are not in poverty and, on the other, that most poor families are not abusive. Therefore, it is essential to identify, in a systematic way, the factors that distinguish families living in poverty that are abusive from those that are non-abusive. The present study aimed to present a systematic literature review in order to explore the predictors of maltreatment (abuse and neglect) in poor families.

Based on the PRISMA method, the present systematic review included 25 studies, in which the predictors of abuse and neglect were explored. Subsequently these predictors were grouped in six categories through the technique of content analysis. Overall, variables related to parenting (e.g., parental cognitions) and family and community environment (e.g., domestic violence) seem to be the best predictors of maltreatment in poor families, followed by parents' psychological / emotional resources (e.g., mental disorders), characteristics of the child (e.g., temperament) and maternal experiences (e.g., history of maltreatment in childhood). This review may thus inform future research on the potential predictors of maltreatment and sustain intervention practices with abusive families living in poverty.

Key words: Child maltreatment, Poverty, Parental stressors, Systematic review.

APA Classification Categories and Codes

2956 Childrearing & Child Care

3373 Community & Social Services

ÍNDICE

I. Introdução	1
Conceptualização do Mau Trato	3
Aspetos Históricos.....	3
Definições e Conceitos.....	4
Prevalência Nacional.....	5
Modelos explicativos de mau trato.....	5
Conceptualização da Pobreza	9
Definições e Conceitos.....	9
Prevalência Nacional e Implicações.....	10
Associação entre a Pobreza e o Mau Trato	11
II. Método.....	15
Fontes de Informação e Estratégias de Pesquisa	15
Critérios de Inclusão e Exclusão	15
Seleção dos Estudos Analisados	15
III. Resultados.....	18
Características demográficas e sociais dos cuidadores e da família	18
Recursos psicológicos / emocionais dos cuidadores	21
Parentalidade	23
Ambiente familiar e comunitário	25
Características da criança	27
Experiências maternas na infância	28
IV. Discussão.....	30
Referências	34
Referências da revisão sistemática.....	38
Anexos	41
Anexo A. Síntese da extração de dados	42

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Resultados da estratégia de pesquisa baseada no PRISMA (Liberati et al., 2009)..17

I. INTRODUÇÃO

Os maus tratos dirigidos a crianças colocam em perigo o seu futuro desenvolvimento integral nas suas vertentes física, psicológica, emocional, cognitiva, comportamental, social e cultural. Tais atos representam uma violação dos direitos humanos fundamentais, com possíveis consequências graves a curto e longo prazo (Azevedo & Maia, 2006).

Ao longo do tempo têm sido desenvolvidos alguns modelos explicativos, contextuais ou sociocognitivos (Belsky, 1980; Bronfenbrenner, 1979; Bugental & Shennum, 1984; Cicchetti & Rizley, 1981), que se complementam na procura de um melhor entendimento da problemática do mau trato. Apesar de não existir consenso no que concerne às suas causas, sabe-se que a presença de um maior número de fatores de risco face aos fatores de proteção aumenta a sua probabilidade de ocorrência. Quer sejam físicos ou psicológicos, individuais ou comunitários, a identificação e estudo dos fatores de risco e proteção do abuso e negligência assume uma importância fundamental na compreensão do fenómeno, sendo a pobreza frequentemente mencionada na literatura como uma variável de especial interesse.

São vários os estudos (e.g., Brown, Cohen, Johnson, & Salzinger, 1998; Drake & Pandey, 1996; Lee & Goerge, 1999; Magnuson & Duncan, 2002; Manso, 2002) que relacionam a parentalidade abusiva e negligente com o baixo nível socioeconómico e a situação de pobreza das famílias. Se, por um lado, o envolvimento com os serviços de proteção à criança pode acontecer devido à escassez de recursos financeiros que não permitem atender às necessidades básicas da criança, por outro lado, a literatura tem demonstrado que a pobreza está também associada a outras formas de mau trato como o abuso físico (e.g., Berger, 2005). Neste sentido um conjunto de modelos teóricos, como o *Family Stress Model* (Conger & Donnellan, 2007), propõem que a associação entre a desvantagem socioeconómica e a parentalidade abusiva e negligente é indireta, e acontece através de um conjunto de fatores stressores associados ao funcionamento familiar e ajustamento dos pais que afetam posteriormente a interação com a criança.

Neste sentido, a investigação que explora os fatores preditores do abuso e negligência em famílias em situação de carência socioeconómica tem procurado compreender quais os fatores que as diferenciam de famílias não maltratantes na mesma situação de pobreza. A identificação destes fatores, e o seu contributo para esta associação pobreza-mau trato, assume particular importância na prevenção e intervenção com famílias em situação de risco,

permitindo que, a par de apoios sociais governamentais, outras medidas de intervenção sejam também implementadas.

Este trabalho enquadra um projeto mais alargado, que tem como fim último estruturar um modelo teórico explicativo da associação entre o nível socioeconómico das famílias e a parentalidade maltratante, identificando possíveis variáveis moderadoras e mediadoras desta relação. Especificamente, o objetivo desta dissertação é apresentar uma revisão sistemática de literatura sobre os preditores do abuso e negligência em famílias em situação de pobreza.

A presente dissertação encontra-se organizada em quatro capítulos. No primeiro é apresentado o enquadramento teórico onde consta a conceptualização do mau trato e da pobreza e sua prevalência, assim como uma breve revisão da literatura que relaciona estas duas problemáticas. Posteriormente, são explicados os aspetos metodológicos adotados no decorrer da revisão sistemática da literatura, os termos de pesquisa utilizados, e os critérios de inclusão e exclusão dos estudos. No terceiro capítulo apresentam-se os resultados e são identificadas as principais variáveis preditoras do mau trato em famílias de contextos economicamente desfavorecidos. Por último, no quarto capítulo, descrevem-se as principais conclusões, as limitações da investigação e possíveis orientações futuras.

Conceptualização do Mau Trato

Aspetos Históricos

Nos finais do século XIX, o mau trato à criança passou a ser considerado um problema social (Calheiros, 2006). No período após a Primeira Guerra Mundial começou a ser dada particular atenção à área da proteção infantil (Calheiros & Monteiro, 2000) e à necessidade de proteção específica, tal como o mencionado na Declaração de Genebra sobre os Direitos das Crianças, adotada em Portugal em 1927 (Calheiros, 2006).

A Convenção do Direitos das Crianças pela Assembleia Geral das Nações Unidas (1989) foi ratificada em 1990 pela Assembleia da República Portuguesa e veio afirmar a necessidade de proteger e promover os direitos das crianças, no seio da família e da sociedade. Na sequência desta Convenção, as crianças passaram a ser consideradas sujeitos únicos e de direitos próprios nas diversas dimensões sociais. Neste contexto, o próprio Estado passou a ser responsável pela proteção infantil, juntamente com as famílias e com a comunidade, marcando-se assim o início de uma importante transição nesta área (Calheiros, 2006). A consciencialização da população em geral para a temática prende-se também com a criação de organismos de apoio à criança e de medidas governamentais nesse sentido (Azevedo & Maia, 2006).

A problemática do mau trato não é recente. No entanto, o seu estudo centrou-se durante muito tempo no âmbito das áreas da saúde, estendendo-se gradualmente a áreas como a psicologia, a educação e o direito, sendo que nas últimas décadas são cada vez mais os estudos existentes sobre o tema (Azevedo & Maia, 2006). No início dos anos 60, o número de crianças com lesões não acidentais começou a ser mais evidente, levando alguns autores, como Kempe e colaboradores (Kempe, Silverman, Steele, Droegemueller, & Silver) a introduzirem a questão no encontro anual da *American Academy of Pediatrics*, em 1962, onde foi usado pela primeira vez o conceito de *battered child* (Azevedo & Maia, 2006; Calheiros, 2006). Nesta década surgiram as primeiras preocupações académicas e a primeira definição de mau trato à criança (Azevedo & Maia, 2006).

Até aos finais dos anos 70, as manifestações físicas do mau trato constituíram o principal foco de investigação e só nos anos 80 é que surgiram as primeiras definições de maus tratos psicológicos e negligência (Calheiros & Monteiro, 2000). Em Portugal os estudos começaram a surgir a partir dos anos 80 (Azevedo & Maia, 2006).

Definições e Conceitos

Parece não existir uma definição estanque e universal no que concerne à problemática do mau trato uma vez que diferentes autores apresentam distintos pontos de vista. A dificuldade em estabelecer uma definição concreta pode estar relacionada com o facto de os próprios conceitos variarem consoante a cultura e o próprio grupo (Azevedo & Maia, 2006).

De acordo com a Organização Mundial de Saúde, o mau trato a crianças constitui um problema de saúde pública (González, 2007). Segundo Calheiros (2006), os maus tratos podem ser divididos em maus tratos físicos, maus tratos psicológicos, negligência física, negligência psicológica e abuso sexual.

Os maus tratos físicos são descritos como métodos educativos punitivos ou coercivos devido à utilização de técnicas de disciplina física. Essas técnicas impróprias, violentas e agressivas (Calheiros & Monteiro, 2000) podem passar por castigos corporais, queimaduras, envenenamento, asfixia, agressão com objetos, empurrões, trabalhos forçados, pontapés, afogamentos ou arremesso de objetos (Azevedo & Maia, 2006). Tais comportamentos podem provocar lesões que variam de grau, podendo mesmo ser fatais, com sinais visíveis ou não (Azevedo & Maia, 2006). Contudo, o facto de não se manifestarem lesões externas ou internas, não significa que o abuso não tenha impacto na vida da criança vítima.

Os maus tratos psicológicos constituem práticas realizadas de forma consciente, que não promovem nem beneficiam as necessidades do desenvolvimento emocional, social e intelectual das crianças, na sua relação afetiva e de socialização. Interações verbais agressivas, abandono ou socialização imprópria devido a reforços inadequados e reforço do desvio ou evitamento social são algumas das formas de exercer maus tratos psicológicos (Calheiros & Monteiro, 2000).

Já o conceito de negligência tem sofrido diversas alterações no decorrer do tempo, com a influência de variadas correntes de pensamento. Negligência significa, em oposição ao abuso, omissão de cuidados, ao nível físico ou emocional. De acordo com Calheiros e Monteiro (2000), a negligência física pode ser definida como a falta de supervisão da segurança das crianças e como a não provisão das necessidades de desenvolvimento físico. Considera-se também este tipo de negligência quando há uma alimentação inadequada e insuficiente, que pode mesmo desencadear problemas de má nutrição, reduzido crescimento do cérebro e ausência ou poucos cuidados de higiene (González, 2007). A negligência psicológica decorre ainda de omissões da supervisão, da organização das rotinas e das atividades escolares das crianças, por parte dos adultos (Calheiros & Monteiro, 2000).

As manifestações físicas e comportamentais da negligência nas crianças dependem do seu estado de desenvolvimento. Enquanto um recém-nascido pode apresentar uma musculatura flácida, pouco aumento de peso e atrasos no desenvolvimento psicomotor, crianças no pré-escolar poderão mentir com frequência e em idade escolar podem apresentar fome constante, vestuário e higiene desadequadas, cansaço e necessidades físicas ou médicas não providenciadas. Nos adolescentes é comum que estes sejam rotulados como delinquentes devido a ações que realizam com vista a satisfazer as suas necessidades (González, 2007).

Prevalência Nacional

No ano de 2017, das situações sinalizadas às Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ), as principais situações de perigo diagnosticadas foram a negligência, com 40.9% das situações, seguida de comportamentos de perigo na infância e juventude, com 18.3%, e de situações de perigo que colocam em causa o direito à educação (17.3%). No que diz respeito aos maus tratos, os maus tratos físicos representam 4.5% das sinalizações e os maus tratos psicológicos correspondem a 1.9% das sinalizações. O abuso sexual correspondeu a 1.7 % das situações sinalizadas (Relatório CPCJ, 2018).

Ao nível da intervenção das CPCJ, cerca de 90.7% das medidas de intervenção aplicadas no último ano foram medidas em meio natural de vida, sendo que 79.3% correspondem a medidas de apoio juntos dos pais, tendo as medidas de acolhimento residencial diminuído (Relatório CPCJ, 2018), o que reflete a tendência para valorizar a preservação familiar, que tem vindo a ser cada vez mais defendida na literatura (e.g., Caldera et al., 2007).

Modelos explicativos de mau trato

Apesar de não existir consenso relativamente às causas do mau trato, foram desenvolvidos alguns modelos explicativos, em que cada um deles acrescenta conceitos que se completam e contribuem para um melhor entendimento da problemática.

São muitos os fatores utilizados na tentativa de explicar os maus tratos dirigidos às crianças, sendo eles históricos, culturais, situacionais ou individuais (Belsky, 1993).

De acordo com Bronfenbrenner (1979) o modelo ecológico do desenvolvimento humano tem em consideração o contexto onde o indivíduo está inserido e o papel das relações que estabelece com o meio. O sistema, organizado e visto como um todo, está subdividido em diferentes níveis, interdependentes, com distintos graus de proximidade à criança e à sua família, afetando-os de forma direta ou indireta. O microsistema diz respeito às interações diretas que o indivíduo estabelece de forma imediata; do mesossistema fazem parte as

relações entre os sistemas mais próximos do indivíduo; o exossistema relaciona-se com a criança de forma indireta através de estruturas da sociedade; por último, o macrosistema é o sistema mais amplo, onde se incluem os valores culturais e crenças que orientam a sociedade onde a criança está inserida (Bronfenbrenner, 1979). Este modelo revelou-se importante, entre outros aspectos, por chamar a atenção para o papel da comunidade onde as crianças e suas famílias estão inseridas.

Usando como base o Modelo Ecológico do Desenvolvimento (Bronfenbrenner, 1979) anteriormente descrito, Belsky (1980) propõe quatro níveis de interação aos quais a criança está exposta, e potencialmente responsáveis pela ocorrência de mau trato. O nível ontogénico é descrito como a história de vida, sentimentos, experiências e características que o sujeito possui e que o predispõe a ser abusivo. O microsistema está associado aos fatores de stress familiar imediatos, como as características da criança, pobreza, relação conjugal ou constituição familiar. O exossistema diz respeito à interação da criança-família com a família alargada, comunidade e fatores sociais, como o desemprego e o isolamento social. O macrosistema enquadra os valores culturais aceites na comunidade, como a aceitação social de práticas disciplinares de punição. Belsky (1993) defende ainda não existir uma solução única para o mau trato infantil e acrescenta que quando os fatores stressores superam os de suporte, ou quando os potenciadores não se equilibram com os compensatórios, a probabilidade de mau trato aumenta (Belsky, 1993). Os comportamentos parentais são influenciados pelo bem-estar psicológico, fatores de stress do contexto e fatores de apoio parental, sendo o mau trato o resultado de fatores de risco acumulados, combinados com um número reduzido de fatores compensatórios (Belsky & Vondra, 1989).

Cicchetti e Rizley (1981) apresentam um modelo transacional de modo a analisar se os maus tratos se propagam ao longo das diversas gerações. Segundo este modelo, existem múltiplas transações entre fatores ambientais, características dos cuidadores e da criança. Essas transações são dinâmicas que contribuem para os acontecimentos e para as causas do desenvolvimento infantil. No modelo transacional, a criança e o ambiente são mutuamente influenciados, sendo o mau trato a manifestação de um sistema pais-criança-meio disfuncional. Contudo, só ocorrem quando os fatores potenciadores superam os compensatórios. Os fatores potenciadores aumentam a probabilidade de risco de mau trato, e os compensatórios diminuem essa probabilidade (Cicchetti & Rizley, 1981). Os fatores compensatórios e potenciadores podem dividir-se em constantes ou flutuantes. Os fatores potenciadores constantes estão associados a condições que se estendem no tempo e aumentam

a probabilidade de perpetuação do risco de mau trato entre as futuras gerações. Tais podem ser de natureza biológica, histórica, sociocultural, psicológica ou ecológica. Os fatores potenciadores flutuantes, são condições passageiras, que introduzem fatores stressores na família, tais como doenças físicas ou problemas legais, que podem conduzir a maus tratos (Azevedo & Maia, 2006; Calheiros, 2006; Cicchetti & Rizley, 1981).

A par dos modelos mais sistémicos, nas últimas décadas tem surgido um especial interesse pelas abordagens sociocognitivas da parentalidade abusiva e negligente (e.g., Crittenden, 1993; Milner, 1993, 2003). De acordo com esta abordagem, os pais são considerados ativos nos processos de trocas com o meio e é dada ênfase à forma como cada um percebe os seus filhos e a sua educação, bem como a eles próprios no seu papel parental (Calheiros, 2006). Calheiros (2006) refere que as perspetivas centradas nas experiências dos pais têm por base as suas próprias experiências parentais, seja no passado enquanto filhos, ou no presente, enquanto pais.

O Modelo de Processamento da Informação Social (Milner, 1993) analisa as cognições parentais relacionadas com o abuso físico em quatro fases. Este modelo analisa esquemas cognitivos preexistentes, tais como crenças e valores que têm influência no modo como os pais processam e respondem à informação relativa à criança. O processamento cognitivo da informação ocorre assim em diferentes fases, sendo elas a perceção dos sinais/comportamentos da criança, a interpretação desses sinais, a seleção da resposta parental e, numa última fase cognitivo-comportamental, a implementação/ execução dessa resposta. É nesse último estágio onde podem surgir os comportamentos maltratantes (Milner, 1993). Os esquemas cognitivos pré-existent (i.e., crenças e ideias sobre infância, educação e desenvolvimento da criança) podem influenciar a perceção parental do comportamento da criança, bem como outras atividades cognitivas nos restantes estádios (Milner, 2003). Fatores como o stress, ansiedade ou depressão podem ter um impacto moderador no processamento cognitivo (Milner, 2003).

Quando comparados pais maltratantes e de alto risco com pais de baixo risco e não maltratantes, os primeiros apresentam esquemas cognitivos menos claros, com crenças e valores que afetam o modo como percebem, avaliam, integram e respondem às informações relativas às crianças. As motivações, capacidades e crenças de pais abusivos parecem ser distintas das de pais não abusivos, nomeadamente a visão que têm sobre si mesmos e sobre os outros, e que podem desencadear ações negativas para com a criança (Milner, 2003).

Relativamente à negligência, Crittenden (1993) sugere que erros ou enviesamentos no processamento da informação parental, especialmente de informação que diz respeito à criança, podem influenciar o modo como os pais respondem às necessidades dos seus filhos. O Modelo de Processamento de Informação aplicado à negligência está ainda pouco estudado, possivelmente devido às dificuldades de avaliação da negligência, ainda que sejam crescentes os esforços para utilizar medidas indiretas e implícitas que permitam captar os processos cognitivos parentais subjacentes a esta forma de mau trato (Camilo, Garrido, & Calheiros, 2016).

Face à inexistência de informações claras, os pais recorrem à codificação das suas experiências passadas e a determinados padrões atribucionais na interação com as crianças. As atribuições parentais podem desempenhar um papel moderador das reações de stress e perda de controlo (Bugental, Johnston, New, & Silvester, 1998). As atribuições parentais moderam os efeitos recíprocos entre o adulto e a criança, sendo que essa reciprocidade significa que os comportamentos da criança influenciam o comportamento parental, que por sua vez vai influenciar novamente as ações da criança. O efeito da criança no comportamento parental revela-se significativo se o adulto tiver um conjunto particular de crenças causais (Bugental & Shennum, 1984). O comportamento parental pode ainda ser influenciado pela responsividade da criança, moderada pelas atribuições parentais sobre as suas capacidades enquanto cuidador ou pela assertividade da criança, moderada pelas atribuições parentais sobre as capacidades da criança no geral (Bugental & Shennum, 1984).

Independentemente do modelo mais adequado para explicar a problemática dos maus tratos, existem vários fatores que se relacionam com este comportamento, tais como o consumo de álcool ou drogas, ter sofrido de maus tratos na infância, vida familiar desorganizada, historial de doenças crónicas (González, 2007), a toma de determinada medicação e ambientes familiares desorganizados (Calheiros & Monteiro, 2000).

A pobreza tem também sido identificada como um dos principais fatores de risco do mau trato (e.g., Beimers & Coulton, 2011; Berger, 2004; Dettlaff, Rivaux, Baumann, Fluke, Rycraft, & James, 2011), com consequências diretas ou indiretas que se podem manifestar separadamente, ou de forma conjunta com outros fatores, aumentando ou reduzindo a probabilidade de abuso e negligência (Bywaters et al., 2016). A relação entre este fator de risco e a parentalidade maltratante será abordada num dos capítulos seguintes, após apresentada a sua conceptualização.

Conceptualização da Pobreza

Definições e Conceitos

De inúmeros estudos produzidos sobre o conceito de pobreza, existe um consenso relativamente alargado de que a pobreza pode ser identificada como uma situação de não satisfação de determinadas necessidades (Pereira, 2010).

Segundo o estabelecido pelo indicador social Risco de Pobreza ou Exclusão Social (RPES), considera-se que uma pessoa se encontra nessa situação quando está perante pobreza monetária e/ou baixa intensidade de trabalho na família e/ou privação material severa. Existe pobreza monetária quando alguém vive com rendimentos abaixo de um valor mínimo estabelecido, isto é, o limiar de pobreza, que representa cerca de 60% do rendimento mediano. A baixa intensidade de trabalho refere-se a quem, durante um ano, trabalhou profissionalmente um reduzido número de horas, sendo que quanto menor a intensidade de trabalho, maior aparenta ser o risco de pobreza. A privação material severa refere-se à população com incapacidade financeira para pagar as suas despesas ou para adquirir quatro ou mais, dos nove itens de bens definidos a nível europeu, tais como: pagar empréstimos ou contas no prazo estabelecido; pagar uma semana de férias uma vez por ano; consumir uma refeição de carne ou peixe a cada dois dias; pagar despesas imprevistas sem empréstimos; ter telefone em casa; ter televisão a cores; ter máquina de lavar a roupa; ter um carro no agregado e manter a casa aquecida (Unicef, 2013). De acordo com Bondarenko (2008), as famílias consideradas pobres são aquelas que apresentam um consumo anual reduzido e que economizam o mínimo das suas posses, sendo que a compra de bens essenciais permanece sempre limitada, facto que se verifica ser semelhante nas suas redes sociais (Bondarenko, 2008).

De um modo geral, a pobreza é conceptualmente assente nas dimensões de recursos e necessidades, não sendo consideradas apenas medidas monetárias, mas antes uma visão mais sistémica do conceito (Pereira, 2010). Por exemplo, o estatuto socioeconómico, que diz respeito à situação da pessoa tendo em conta um conjunto de níveis que envolvem os recursos económicos, a escolaridade, a ocupação e a própria realização pessoal (Conger & Donnellan, 2007). Assim, o conceito de pobreza pode ser analisado de forma indireta, através da observação dos recursos dos indivíduos (portanto, menos recursos é indicador de maior pobreza), ou de uma forma direta, observando a privação dos indivíduos nas suas condições de vida (Pereira, 2010).

Especificamente, a pobreza infantil prejudica o desenvolvimento mental, físico e emocional da criança. Contudo, as suas causas são muitas vezes difíceis de identificar devido à falta de diferenciação entre a pobreza que afeta as crianças e a pobreza de um modo geral (Unicef, 2017).

Prevalência Nacional e Implicações

O período após a Segunda Guerra Mundial levou a que grande parte da população acreditasse que as dificuldades sociais e económicas tinham terminado. Contudo, na década de 60, estas condições começaram a degradar-se (Lansley, 1985). No ano de 1985, Portugal foi o país com a taxa de pobreza mais elevada da União Europeia, com cerca de 32% das famílias a viverem em situação de pobreza (Santana, 2002). Na década de 1990, o Reino Unido, Portugal, Irlanda e Itália, tinham as taxas mais elevadas de crianças que viviam em situação de pobreza, entre 25 a 28% (Bastos & Nunes, 2009). Não obstante, de acordo com a Comissão Europeia, durante a década de 90, com a implementação de políticas governamentais (Santana, 2002), condições sociais e esforços familiares, o nível de pobreza em Portugal parece ter diminuído (Bastos & Nunes, 2009).

Mais recentemente, e após a adoção de medidas de austeridade, em 2010, a população portuguesa viu aumentar a sua taxa de desemprego e assistiu-se a um aumento da vulnerabilidade económica dos agregados, bem como a uma diminuição do apoio económico do Estado na prestação de vários serviços que passaram a ter critérios de inclusão mais restritos. No ano de 2011, cerca de 21.8% das crianças em Portugal encontravam-se em risco de pobreza (Unicef, 2013) e, a seguir à Grécia, Portugal contou com o maior aumento da taxa de pobreza entre os países da União Europeia (Rodrigues, Figueiras, & Junqueiro, 2016).

De acordo com o Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (ICOR) de 2014, Portugal contava com um terço da população a viver em condições de pobreza durante pelo menos um ano. A crise levou a um aumento da população em situação de pobreza, bem como a uma degradação dos seus recursos e nos últimos anos, ao contrário dos avanços verificados na União Europeia, os rendimentos em Portugal decresceram (Rodrigues et al., 2016).

Segundo Bondarenko (2008), existem quatro tipos de adaptação à pobreza que resultam da adoção de estratégias específicas. O primeiro é caracterizado pela passividade das famílias que dependem de ajuda externa para custear as suas necessidades básicas. No segundo, encontram-se as famílias que efetuam uma procura ativa de oportunidades para ganhar dinheiro, mas que não conseguem suportar necessidades materiais mais complexas. O

terceiro, inclui as famílias que estão insatisfeitas com os seus rendimentos e que desejam receber auxílio na procura de informações e de emprego. Por último, o quarto tipo de adaptação diz respeito a famílias que se encontram numa posição estável, sem necessitar de ajuda exterior e que se sentem bem-sucedidas, apesar do cansaço extremo e ausência de tempo livre (Bondarenko, 2008).

Estudos em condições naturais mostraram evidência de que os recursos económicos familiares influenciam o próprio investimento da família na criança e o nível de stress familiar, que por sua vez afeta o desenvolvimento psicológico infantil (Dearing, 2008). Especificamente, a pobreza infantil traduz-se num menor número de oportunidades de aprendizagem, que pode levar a menores níveis de desempenho cognitivo e a um maior fracasso académico (Dearing, 2008; Evans & English, 2002; Unicef, 2017). A evidência aponta ainda para uma correlação entre a pobreza e comportamentos negativos, uma vez que o facto dos indivíduos estarem altamente preocupados e pressionados com questões orçamentais, afeta os seus recursos cognitivos existentes para a tomada de decisões nas outras áreas da sua vida (Mani, Mullainathan, Shafir, & Zhao, 2013).

As próprias dificuldades psicológicas, por norma, relacionam-se com o facto da pobreza limitar o acesso a estímulos adequados (Dearing, 2008; Unicef, 2017) e à exposição a stressores ambientais (Dearing, 2008). Já as relações sociais alargadas de uma família pobre podem ser comprometidas pela falta de recursos monetários para participar em eventos sociais e efetuar deslocações de longa distância (Bondarenko, 2008).

Associação entre a Pobreza e o Mau Trato

A literatura é vasta no que diz respeito aos estudos que analisaram fatores de risco associados ao mau trato, o que demonstra uma crescente preocupação e consciencialização acerca do tema. A pobreza familiar, analisada de forma mais direta ou indireta, é um desses referidos fatores, nos quais nos vamos centrar. Analisando indicadores de pobreza comunitários, o mau trato parece ser mais significativos em zonas em que a pobreza é elevada (Brown et al., 1998; Drake & Pandey, 1996). Especificamente, as crianças que vivem em bairros com elevados níveis de pobreza apresentaram duas vezes mais probabilidade de sofrer abusos físicos do que as crianças que residiam em áreas em que a pobreza era moderada (Drake & Pandey, 1996). Famílias pobres que vivem em bairros homogéneos, também eles pobres, apresentam uma maior probabilidade de terem que educar os seus filhos em clima de depressão económica, socialmente isolados e em comunidades violentas (Drake & Pandey, 1996) Estes bairros

apresentam muitas vezes características precárias e ausência de serviços comunitários (Manso, 2002).

Tendo em consideração indicadores de pobreza da família, alguns estudos demonstram que o risco de negligência física e de negligência por falta de supervisão parental está associado aos rendimentos familiares reduzidos (e.g., Hussey, Chang, & Kotch (2006), ao facto de ser beneficiário de apoios do Estado e a famílias lideradas por mulheres (Jones & Mccurdy, 1992). Na mesma linha, o estudo de Chaffin, Kelleher e Hollenberg, (1996) sugere também que a negligência é mais prevalente em famílias com recursos económicos mais reduzidos.

Existe também evidência da associação entre baixos recursos económicos e o mau trato físico, nomeadamente que pais com menores rendimentos e baixa escolaridade apresentam maior probabilidade de utilizar punições corporais severas com os seus filhos (Dietz, 2000). O estudo desenvolvido por Magnuson e Duncan (2002) reforça esses resultados mostrando que pais com rendimentos inferiores apresentaram uma maior probabilidade de fazer uso de estilos parentais mais punitivos, autoritários e a estimular menos experiências de aprendizagem. No que diz respeito aos maus tratos psicológicos, os mesmos parecem, à semelhança dos restantes, ser mais prevalentes em famílias de reduzido estatuto socioeconómico (Deb & Modak, 2010).

Há, no entanto, alguns outros fatores que parecem fazer parte desta equação. Por exemplo, a instabilidade laboral, habitações com condições precárias (Calheiros, 2006; Manso, 2002), depressão, nível de educação materno (Brown et al., 1998; Calheiros, 2006) e história de maus tratos na família materna, são fatores que surgem associados a níveis considerados de mau trato (Brown et al., 1998). Para além disso, as famílias em situação de pobreza apresentam relações com a família alargada mais instáveis, conflituosas e inadequadas, diminuindo assim o seu nível de apoio social (Kotch et al., 1995; Manso, 2002).

É de extrema importância ter em consideração que um reduzido nível socioeconómico ou estatuto de pobreza, não é, por si só, associado ou preditor de maus tratos às crianças, uma vez que o mau trato é um fenómeno transversal a todas as classes sociais (Azevedo & Maia, 2006). A combinação de um conjunto de stressores relacionados com os baixos recursos monetários é que poderá extravasar para a parentalidade, ou seja, criar condições para que surjam comportamentos parentais abusivos e negligentes.

Na revisão de Conger e Donnellan (2007) o Modelo de Stress Familiar desenvolvido por Conger e colaboradores (Conger & Conger 2002; Conger & Elder 1994; Conger et al. 2002) é

analisado dada a relação que estabelece entre as desvantagens socioeconômicas e o stress familiar. Este último desencadeia efeitos adversos nos pais ao nível das suas emoções, relações e estratégias parentais, comprometendo o saudável desenvolvimento infantil. Questões como a incapacidade de pagar as despesas e de satisfazer as necessidades básicas, ter que reduzir as despesas necessárias, baixos rendimentos, dívidas elevadas e acontecimentos financeiros negativos, aumentam a pressão económica e podem afetar o funcionamento familiar e a adaptação individual dos seus elementos. Segundo o modelo, as consequências destes stressores podem gerar mais conflitos conjugais, menor envolvimento na vida dos filhos, demonstrações de afeto mais reduzidas, mais irritação parental e práticas disciplinares inconsistentes e severas, dada a inquietação desencadeada pela situação. Quando os cuidados parentais são prejudicados devido ao stress económico, as crianças podem diminuir a sua capacidade de adaptação, capacidades cognitivas, sucesso escolar e vinculação aos pais, podendo ainda desenvolver comportamentos de internalização, tais como sintomas depressivos e ansiedade, ou comportamentos de externalização, como comportamentos agressivos e antissociais (Conger & Donnellan, 2007).

Neste seguimento, o Modelo do Investimento Familiar (Conger & Donnellan, 2007) propõe que os recursos financeiros e humanos permitem um investimento positivo dos pais em atividades de educação que estimulem o sucesso crianças, sendo uma mais-valia a nível do desenvolvimento e bem-estar emocional, cognitivo, académico e social das crianças e jovens. Famílias com mais recursos económicos podem investir de forma significativa no desenvolvimento dos filhos, enquanto famílias com menos recursos apenas conseguem investir nas necessidades imediatas.

Também o efeito cumulativo dos múltiplos fatores de risco (Sameroff, Seifer, Zax, & Barocas, 1987) a que famílias com um estatuto socioeconómico reduzido estão expostas, pode aumentar a probabilidade de ocorrência de mau trato.

Outros resultados mostram ainda que a mudança que se verifica numa família pobre com filhos é escassa de um ano para outro e a esperança de melhorias económicas nessas famílias parece ser reduzida (Magnuson & Duncan, 2002).

Na tentativa de minimizar o impacto da pobreza no desenvolvimento da criança e no mau trato, são vários os programas de intervenção que têm sido implementados e avaliados. Por exemplo, Berger e Waldfogel (2011) analisam três programas experimentais de apoio financeiro e os seus resultados mostraram ser positivos no sentido em que reduziram a incidência de maus tratos nas famílias dos grupos experimentais. Por outro lado, a existência e

aplicação de programas de intervenção com famílias, que promovam práticas parentais positivas (e.g., Camilo, Garrido, & Sá, 2013) poderá também produzir resultados mais significativos a longo prazo.

Em suma, a associação entre a pobreza e a parentalidade abusiva e negligente tem sido identificada na literatura, mas esta associação parece ser indireta ou moderada por um conjunto de fatores stressores associados ao funcionamento familiar e ajustamento dos pais que afetam posteriormente a interação com a criança.

Tal como já referido, a investigação que explora os fatores preditores do abuso e negligência em famílias em situação de carência socioeconómica é vasta e tem tentado compreender quais os fatores que diferenciam estas famílias de famílias não maltratantes na mesma situação de pobreza. Integrado num projeto mais alargado, este trabalho tem como objetivo apresentar uma revisão sistemática de literatura sobre os preditores do abuso e negligência em famílias em situação de pobreza.

II. MÉTODO

Fontes de Informação e Estratégias de Pesquisa

A pesquisa de artigos seguidamente apresentada foi efetuada com recurso a oito bases de dados, sendo elas: *Academic Search Complete*, *PsycARTICLES*, *PsycINFO*, *Web of Science*, *Scopus*, *ERIC*, *Pub Med* e *Psychology and Behavioral Sciences Collection*.

A pesquisa foi realizada exclusivamente *on-line* e contou com as seguintes restrições: documentos publicados até 31 de dezembro de 2017, em revistas académicas, redigidas em inglês, português e espanhol.

Os documentos analisados foram obtidos através de todas as combinações dos seguintes termos de pesquisa:

(a) child maltreatment OR child abuse OR child neglect OR abusive parent* OR parental neglect OR risk parents OR family violence OR maladaptive parenting OR dysfunctional parenting AND (b) poverty OR low income OR low status OR family income OR poor famil* OR economic disadvantage.

Crítérios de Inclusão e Exclusão

Os estudos selecionados correspondem aos seguintes critérios de inclusão: (1) estudos empíricos quantitativos e qualitativos; (2) estudos que exploram a associação entre o mau trato infantil e o nível socioeconómico da família/comunidade em que a criança está inserida; (3) estudos que identificam variáveis moderadoras ou mediadoras desta associação; (4) artigos com revisão por pares.

Assim, foram excluídos da revisão sistemática estudos que abordavam: (1) abuso sexual; (2) intervenções com famílias; (3) crianças que vivem na rua; (4) violência doméstica; (5) relação de experiências adversas na infância com o nível socioeconómico em adulto; (6) reincidência do mau trato; (7) avaliação do risco; (8) crenças parentais; (9) competências parentais; (10) impacto do mau trato; (11) não consideram o estatuto socioeconómico; (12) revisões de livros, artigos de opinião ou revisões teóricas de literatura; (13) estudos de caso.

Seleção dos Estudos Analisados

Seguindo as orientações do *Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses (PRISMA) Statement* (Liberati et al., 2009), foi desenvolvido um processo de quatro fases para selecionar os estudos com base na análise do título, resumo e texto integral (ver Figura 1).

Da pesquisa inicial foram identificados 6216 artigos, dos quais 3258 foram eliminados por se encontrarem em duplicado. Posteriormente, os restantes 2958 artigos foram analisados com base nas informações que constam no título e no resumo de cada um, tendo sido eliminados 2717 com base nos critérios de exclusão definidos à priori. Esta etapa da seleção dos artigos foi conduzida por dois elementos para acordo interjuízes, com recurso ao software *Rayyan QCRI* (Ouzzani, Hammady, Fedorowicz, & Elmagarmid, 2016) e os desacordos foram resolvidos por um terceiro elemento.

Dos 241 artigos analisados através de leitura integral, 97 foram excluídos devido aos seguintes critérios de exclusão: não relacionaram maus tratos, pobreza e baixo nível socioeconómico ou não utilizaram amostras com baixos rendimentos (29); não consideraram indicadores diretos de pobreza (15); eram revisões teóricas, sistemáticas ou meta-análises, ou artigos não empíricos (15); analisaram questões de abuso sexual, crianças de rua, trabalho infantil, fatalidades mortais ou exposição à violência doméstica (10); apresentaram resultados de intervenções (6); não tinham amostra não maltratante de comparação ou não reportaram variabilidade no mau trato (6); avaliaram somente o potencial de risco ou abuso (4); avaliaram casos de reincidência (4); analisaram perceções parentais sobre os maus tratos (2); analisaram competências parentais (2); avaliaram o impacto do mau trato (2); redigido em outra língua (1); e, por último, a pobreza em adulto surge como resultado do mau trato (1).

Contudo, por motivos relacionados com o tipo de variáveis em análise nos estudos, os 144 artigos incluídos foram divididos por duas revisões sistemáticas diferentes¹: o presente trabalho inclui 25 estudos conduzidos com famílias em situação de pobreza ou baixo estatuto socioeconómico, que exploraram preditores de abuso e negligência nas famílias com esta característica específica. O principal objetivo é analisar quais os fatores, individuais ou contextuais, das famílias em situação de pobreza e maltratantes, que as diferenciam de famílias em situação de pobreza não maltratantes.

¹ Os restantes 119 artigos (não apresentados neste trabalho) exploram a associação direta entre a pobreza e o abuso/negligência. O objetivo principal da sua análise subsequente é identificar estudos que exploraram a associação direta entre estas variáveis (pobreza e mau trato) e moderadores ou mediadores identificados.

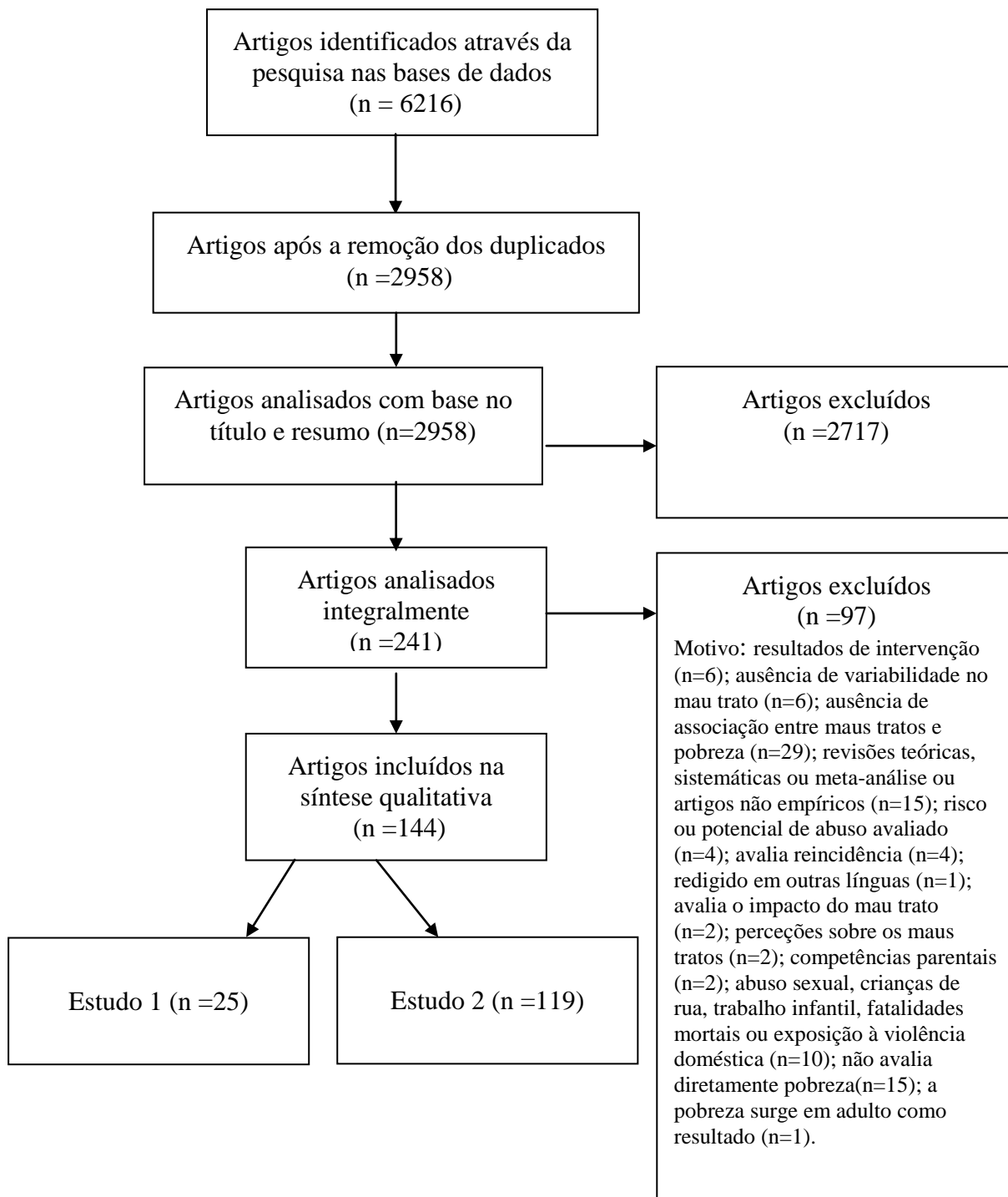


Figura 1: Resultados da estratégia de pesquisa baseada no PRISMA (Liberati et al., 2009)

III. RESULTADOS

Tal como se pode observar na Figura 1, 25 artigos foram incluídos na análise qualitativa. Os dados foram extraídos em formulário próprio e organizados no Quadro 1 (ver Anexos). Posteriormente, através da técnica de análise de conteúdo, os preditores identificados foram agrupados por três juízes independentes, em categorias mais abrangentes, de forma a facilitar a leitura dos resultados. São assim apresentadas as seguintes categorias: características demográficas e sociais dos cuidadores e da família; recursos psicológicos/ emocionais dos cuidadores; parentalidade; ambiente familiar e comunitário; características da criança; experiências maternas na infância.

Características demográficas e sociais dos cuidadores e da família

Idade

A idade dos pais foi analisada em 14 estudos. Contudo, a maioria [1; 2; 3; 7; 8; 12; 13; 15; 20; 21] não apresentou resultados significativos na sua associação com a negligência e o abuso. Ainda assim, dois estudos demonstram que pais abusivos [22] e abusivos/negligentes [10] eram mais jovens, comparativamente com pais não abusivos/negligentes. Outros dois estudos analisaram a idade da mãe na altura do nascimento do primeiro filho, demonstrando que mães negligentes [25] e abusivas/negligentes [24] eram mais jovens aquando do nascimento do primeiro filho, comparativamente com mães não abusivas/negligentes.

Escolaridade

A escolaridade dos cuidadores foi analisada em 14 estudos, sendo que em três [1; 2; 4] deles não se verificaram associações significativas com o abuso e a negligência. Todavia, sete destes estudos mostraram uma associação significativa entre a escolaridade e a negligência, sendo que mães [3; 7; 8; 25] e ambos os pais [5; 12; 17] negligentes apresentaram níveis mais reduzidos de escolaridade. Outros três estudos também reportaram esta associação, mas com o abuso físico e negligência [10; 24] e apenas abuso físico [13]. A baixa escolaridade materna foi ainda associada a um maior risco de sinalização [9].

Número de filhos

O número de filhos dos cuidadores foi analisado em 12 estudos, dos quais cinco não revelaram associações significativas entre esta variável e o abuso e negligência [10; 7; 8; 13; 23]. Os restantes estudos revelaram resultados associados à negligência e abuso físico.

Especificamente, mães negligentes [3; 12; 25], abusivas [1] e negligentes/abusivas [22] têm mais filhos em comparação com os respectivos grupos de controle. Também a probabilidade de sinalização parece ser mais elevada em famílias com um maior número de filhos [2; 9].

Estado civil

O estado civil dos pais foi considerado em 10 estudos, dos quais oito [1; 3; 4; 12; 13; 17; 21; 23]) não apresentaram associações significativas entre o estado civil e a negligência e o abuso físico. Em dois estudos esta associação foi, no entanto, significativa. Especificamente, o número de mães não casadas, aquando o nascimento da criança, revelou ser mais elevado em mães com comportamentos negligentes [10] e mães negligentes e abusivas apresentaram uma maior tendência para residir com outras pessoas que não o seu cônjuge [22].

Problemas de saúde

As questões de saúde dos pais foram analisadas em dois estudos [3; 23], sendo que apenas um deles apresentou resultados significativos, nomeadamente que piores condições de saúde da mãe parecem estar associadas a uma maior probabilidade de sinalização por negligência de supervisão [23].

Especificamente, o abuso de álcool e drogas por parte dos pais foi analisado em sete estudos, três [1; 2; 3] dos quais não reportam associações significativas com o abuso e negligência. O risco de sinalização [9; 11], a negligência parental [17], e o abuso físico [14] mostraram-se ainda significativamente associados com o abuso de álcool e drogas em quatro estudos.

Etnia

A etnia dos cuidadores foi analisada em sete estudos, sendo que seis deles não revelaram resultados significativos [1; 3; 8; 12; 17; 20] no que diz respeito à associação da etnia com a negligência e abuso. A probabilidade de sinalização por mau trato relacionou-se com a etnia em apenas um estudo [2], onde se observou uma probabilidade de sinalização mais elevada na população branca não-hispânica.

Necessidades económicas

Os apoios sociais dos quais os cuidadores beneficiam foram considerados em quatro estudos, dos quais um [17] não revelou resultados significativos na associação desta variável com a parentalidade maltratante. No entanto, um estudo [8] demonstrou que as mães maltratantes apresentam uma maior dependência de apoios sociais governamentais, e outros dois estudos

[11; 23] reportaram que esta dependência está também associada a uma maior probabilidade de sinalização por negligência.

Já a insuficiência de comida, considerada em um estudo [2] e a falta de cuidados médicos [2] não mostraram associações significativas com o abuso e negligência.

Estrutura do agregado

A estrutura do agregado foi analisada em cinco estudos, não tendo sido encontradas associações significativas entre esta variável e o mau trato [2; 8; 20; 21; 23].

Eventos de vida negativos

Os eventos de vida negativos dos cuidadores foram analisados, de uma forma global, em dois estudos [17; 5] e demonstraram estar associados a níveis mais elevados de negligência. Especificamente, um número mais elevado de problemas do adulto estão associados a maiores níveis de negligência [5]. Já a prisão dos pais nos últimos 12 meses, analisada num estudo [3], não demonstrou ter qualquer relação significativa com a negligência. No entanto, os cuidadores relataram num dos estudos [11] que o envolvimento com o sistema de justiça é um dos principais incidentes que motiva a sinalização das crianças aos serviços de proteção à criança. Finalmente, a maior incidência de experiências de acolhimento/morte de um filho parece estar relacionada com o abuso físico [1].

Situação perante o trabalho

A situação perante o trabalho dos cuidadores e o historial de desemprego materno foram analisados em quatro estudos, dos quais três [2; 8; 23] não apresentaram resultados significativos. Apenas um dos estudos [24] reportou que mães negligentes e abusivas, em comparação com mães não maltratantes, apresentaram uma menor probabilidade de alguma vez terem estado empregadas.

Características da habitação

As condições habitacionais foram analisadas em dois estudos, que reportaram que os riscos na habitação e as condições desadequadas da mesma aumentam o risco de sinalização aos serviços de proteção à criança [2; 11].

Também as famílias maltratantes, quando comparadas com famílias não-maltratantes, apresentaram mais fatores stressantes imediatos em casa e expuseram os seus filhos a condições de vida mais perigosas [20].

Por último, a residência numa habitação pública foi analisada em um estudo [2], que não encontrou uma associação significativa entre esta variável e o mau trato.

Recursos psicológicos / emocionais dos cuidadores

Perturbações mentais

A depressão do cuidador foi analisada em nove estudos, dois dos quais não apresentaram associação significativa desta variável com a negligência e o abuso [23; 2]. No entanto, quatro dos estudos incluídos reportaram maiores níveis de depressão em pais negligentes [21; 5; 16; 17], e em pais fisicamente abusivos [4; 14]. Também o risco de sinalização [9] surge num dos estudos associado à depressão do cuidador.

O stress pós-traumático materno foi analisado em um estudo [14] e demonstrou que mães com stress pós-traumático apresentam uma probabilidade mais elevada de maltratarem fisicamente os seus filhos, em comparação com mães sem esta perturbação.

A perturbação antissocial da personalidade foi também considerada neste estudo [14], tendo sido igualmente reportado que mães nestas condições, em comparação com mães saudáveis, apresentaram uma maior probabilidade de utilizar punições mais violentas com as crianças.

As doenças mentais, de um modo global, foram também identificadas pelos cuidadores como uma das principais situações que conduzem à sinalização das crianças aos serviços de proteção à criança, de acordo com o reportado num dos estudos analisados [11].

Stress

O stress dos pais foi considerado em cinco estudos, que evidenciaram associações significativas desta variável com o abuso físico [13; 19; 22] e negligência [16], ou seja, cuidadores negligentes e maltratantes vivenciaram mais eventos stressantes e fatores de stress na sua vida. A probabilidade de sinalização também foi associada ao stress parental, isto é, filhos de pais com maiores níveis de stress apresentam uma maior probabilidade de serem sinalizados aos serviços de proteção à criança [2].

Self

A associação entre diferentes aspetos do *self* e o mau trato foi analisada em quatro estudos. Especificamente, o autoconceito da mãe surge num dos estudos [6] associado significativamente à negligência, ou seja, mães negligentes apresentaram níveis inferiores de autoconceito, mas a auto-imagem [3] e a auto-estima [25] não revelaram qualquer associação

ao mau trato. Num outro estudo, com mães fisicamente abusivas [1], a autoimagem foi dividida em categorias, sendo que a categoria “sentir-se incomodada com a crítica” não se mostrou um preditor significativo da parentalidade maltratante, enquanto a categoria “sentir-se frequentemente mal-sucedida”, se mostrou significativamente associada ao abuso.

Estratégias de coping

As estratégias de coping foram analisadas em dois estudos, dos quais um não revelou associações significativas desta variável com a parentalidade maltratante [25]. O outro estudo [14] identificou que estratégias de coping externalizantes e evitantes dos pais parecem estar significativamente associadas ao abuso físico.

Modelo generalizado de relações

No que concerne ao modelo generalizado de relações maternas analisado num estudo [8], mães maltratantes apresentaram maiores níveis de stress associado a queixas físicas, e mais ansiedade de separação, sentem-se mais rejeitadas e culpabilizam-se mais a si e aos outros. Todavia, a vinculação da mãe à sua figura de referência não se revelou preditora da parentalidade maltratante [25].

Locus de controlo

O locus de controlo materno foi analisado em um estudo [25], que não revelou associações significativas com o mau trato.

Isolamento social e a solidão

O isolamento social e a solidão dos cuidadores foram analisados separadamente num estudo [16]. Enquanto o primeiro não revelou associações significativas com a parentalidade maltratante, a solidão associou-se significativamente com a negligência. Ou seja, cuidadores com maiores níveis de solidão percebida apresentaram práticas parentais mais negligentes.

Défice cognitivo

O défice cognitivo da mãe foi analisado num estudo [8] que reporta uma associação significativa com a parentalidade maltratante, particularmente quando se trata de abuso físico em comparação com a negligência.

Parentalidade

Cognições parentais

Diferentes tipos de cognições parentais foram analisados, nomeadamente os conhecimentos sobre desenvolvimento da criança, as atitudes dos pais relativas à parentalidade e as atribuições maternas sobre o comportamento da criança.

Relativamente aos conhecimentos sobre desenvolvimento da criança, um estudo reportou que famílias maltratantes apresentam menos conhecimentos sobre o desenvolvimento infantil [20]. No entanto, outros dois estudos não apresentaram associações significativas deste tipo de cognições com o abuso e negligência [1; 3].

As atitudes relativas à parentalidade e disciplina foram analisadas apenas num estudo [1] e os seus resultados demonstram uma associação significativa com o abuso físico nas seguintes categorias: receio de magoar a criança; recusa elevada em revelar a reação a uma criança irritante; ataque violento a uma criança ou adulto recentemente; sentir raiva de uma criança a chorar. As categorias não significativas foram: considerar que chicotear ou bater é a melhor disciplina; e não sentir desejo de confortar uma criança a chorar.

As atribuições maternas, estas foram analisadas em dois estudos, sendo que mães com baixo controlo percebido e com uma criança com elevado risco médico demonstraram maiores níveis de negligência e de abuso físico [4]. Mães fisicamente abusivas avaliaram os comportamentos das crianças como mais negativos, reportaram que a criança se comporta mal com mais frequência, atribuíram uma maior responsabilidade à criança pelo seu comportamento e reportam sentir mais raiva [13].

Gravidez

Algumas características da gravidez e a sua associação ao mau trato foram analisadas em três estudos. Especificamente, as complicações na gravidez, a gravidez não desejada [3], a duração da gravidez [1] e idade gestacional [10] não revelaram associações significativas com o mau trato. A atitude da mãe em relação à gravidez foi considerada em dois estudos, dos quais um [3] não mostrou associações significativas com o mau trato. No outro estudo [1], as atitudes em relação à gravidez foram analisadas de acordo com categorias definidas, sendo que a gravidez não planeada, não desejar estar grávida, não desejar o bebé após a confirmação de gravidez, e a mãe ter-se sentido sozinha ou deprimida durante a gravidez, foram categorias

associadas de forma significativa com a parentalidade maltratante. As restantes categorias consideradas no mesmo estudo não revelaram associações com a parentalidade maltratante.

Cuidados parentais

A prestação de cuidados à criança foi considerada em três estudos e os seus resultados revelaram associações significativas com a parentalidade maltratante. Especificamente, menos qualidade na prestação de cuidados por parte dos pais à criança associa-se a níveis mais elevados de mau trato global [20] e especificamente de negligência [3].

As preocupações dos cuidadores com os cuidados à criança demonstraram também ter uma associação significativa com a probabilidade de sinalização por negligência de supervisão, sendo que níveis mais elevados de preocupação demonstrada aumentam a probabilidade de sinalização por negligência de supervisão [23].

História de envolvimento anterior com serviços de proteção

O envolvimento anterior com serviços de proteção à criança foi analisado em dois estudos, que revelaram que este envolvimento com os serviços aumenta a probabilidade de sinalização subsequente [2; 20], nomeadamente se o envolvimento anterior aconteceu por situações de abuso sexual, abandono e negligência de supervisão [20].

Competências parentais

As competências parentais foram analisadas num estudo [3] que revelou associações significativas com a negligência, isto é, famílias negligentes manifestaram menos competências parentais.

Outro estudo [8] analisou especificamente a relação da mãe com a criança, tendo reportado que mães negligentes mostraram ser menos responsivas aos sinais da criança e mães abusivas controlavam mais o comportamento dos filhos, em comparação com mães não maltratantes que mostraram ser mais sensíveis aos sinais da criança.

Afeto familiar

O afeto familiar foi considerado em dois estudos, dos quais um [2] não apresentou resultados significativos na associação entre esta variável e a parentalidade maltratante. Noutro estudo, níveis mais elevados de afeto familiar foram significativamente associados a menos práticas de negligência [5].

Vinculação

A vinculação da criança à sua mãe foi analisada em dois estudos. Aos 12 meses da criança, a vinculação apresentou uma associação significativa com a parentalidade maltratante [10], especificamente, crianças sem historial de mau trato revelaram padrões de vinculação mais segura e menor proporção de indicadores de vinculação insegura ambivalente/resistente do que as crianças vítimas de mau trato. Aos 18 meses, esta associação não se revelou significativa. Comparando os padrões de vinculação aos 12 e aos 18 meses, a proporção de mudanças ao nível da qualidade da vinculação foi maior no grupo de crianças com cuidados inadequados. Num outro estudo [8], a vinculação ansiosa/evitante também se associou à negligência e a vinculação evitante/ambivalente ao abuso e negligência.

Respostas psicofisiológicas

As reações parentais ao choro do bebé avaliadas através de medidas psicofisiológicas da ativação do sistema nervoso periférico e a sua associação ao mau trato foram analisadas num estudo [15]. Especificamente, durante o choro da criança, o nível de condutância da pele de mães fisicamente abusivas aumentou de forma mais abrupta (em comparação com as mães não abusivas). Já na medida de arritmia sinusal respiratória estas diferenças não foram observadas.

Ambiente familiar e comunitário

Suporte social

O suporte social foi analisado em oito estudos. Na sua maioria, estes estudos analisaram a associação do suporte social com a negligência e reportaram resultados significativos, nomeadamente menos suporte social percebido [17], menos recursos de suporte e relações com a família e amigos menos positivas, longas e recíprocas em famílias negligentes [5; 7; 8; 16]. Todavia, um dos estudos não revelou associações significativas com a negligência [23].

Relativamente à associação entre suporte social e abuso físico, três estudos evidenciaram resultados significativos, sendo que as famílias abusivas reportaram menos recursos de suporte e relações com a família e amigos menos positivas, longas e recíprocas [1; 8; 16]. No entanto, num dos estudos [8], o suporte social percebido dos amigos, a satisfação com esse suporte, e a utilização do suporte social não revelaram uma associação significativa com o abuso físico.

Os serviços de suporte foram também considerados num estudo [5], mas não mostraram associações significativas com a negligência.

Violência doméstica

A violência doméstica foi analisada em quatro estudos, dos quais um [23] não apresentou associações significativas com a negligência e o abuso. Os restantes estudos demonstraram que mães abusivas [8; 14] e abusivas/negligentes [8], em comparação com mães não maltratantes, apresentaram ter relações conjugais mais violentas. Outro estudo [11] mostrou ainda que, segundo os pais, as situações de violência doméstica são um dos principais fatores motivadores da sinalização aos serviços de proteção à criança.

Todavia, outro estudo [1] que analisou a associação entre o abuso físico e a experiência da mãe como vítima de violência não obteve resultados significativos [1].

Funcionamento familiar

O funcionamento familiar foi analisado em dois estudos. Especificamente, um dos estudos [12] reportou que a resolução de conflitos, a saúde, a coesão, a liderança e a expressão verbal parecem ser mais reduzidos em famílias negligentes. Outro estudo [18], analisando o funcionamento familiar de um modo global, demonstrou também uma associação significativa com a parentalidade abusiva, reportando que mães com baixas perceções de funcionamento familiar utilizam mais estratégias de agressão verbal.

Também o conflito familiar, analisado num estudo [19], revelou uma associação significativa com a parentalidade abusiva. Já as atividades partilhadas em família, analisadas num outro estudo [5] não se revelaram significativamente associadas ao mau trato.

Finalmente, um outro estudo [17] reporta que cuidadores negligentes apresentam mais dificuldades ao nível das competências familiares.

Clima e ambiente social

O clima e o ambiente social foram analisados em três estudos. Especificamente, os estudos reportaram que um pior clima e ambiente social estão associados a maiores níveis de mau trato [20], e que a menor qualidade [21] e segurança do bairro [23] se associam a níveis de negligência mais elevados.

A violência social foi considerada em um estudo [20] mas os seus resultados não revelaram associações significativas ao mau trato.

Também, quando inquiridos sobre as razões na origem da sinalização aos serviços de proteção à criança, os pais reportaram fatores relacionados com o ambiente social e comunitário [11].

Stressores relacionados com a vida familiar

Os stressores relacionados com a vida familiar foram analisados em quatro estudos e mostraram ser preditores significativos do mau trato. Especificamente, fatores como a existência de uma gravidez recente [1] ou a mudança de habitação [1; 8] parecem estar associados a níveis mais elevados de abuso físico, ou ainda à probabilidade de sinalização [2]. Outros stressores mais associados à mãe mostraram uma associação com maiores níveis de negligência [3].

Ambiente familiar

O ambiente familiar foi analisado em dois estudos que revelaram uma associação significativa com o mau trato. Especificamente, pais negligentes demonstraram viver num ambiente familiar menos adequado [17] e as famílias negligentes/abusivas revelaram ser mais propensas a ter um ambiente familiar empobrecido [20].

Estabilidade familiar

A estabilidade familiar foi analisada em apenas um estudo [8] com base nas separações temporárias da mãe, em adulta, e os resultados mostraram uma associação significativa com a parentalidade maltratante.

Características da criança

Saúde

A associação entre a parentalidade maltratante e vários indicadores de saúde, nomeadamente o peso e complicações à nascença, anomalias congénitas, risco médico (índice de Apgar e prematuridade) e problemas de saúde percebidos pelos pais, foi também analisada. Especificamente, o peso mais baixo à nascença [3] e a prematuridade [25] foram associados à negligência, mas as anomalias congénitas [3], o risco médico [4] e especificamente o índice de Apgar [3] não revelaram esta associação.

Um outro estudo [1] revelou também que mães abusivas consideraram o seu filho como tendo algum problema de saúde ou a nível social e outro [4] reportou uma associação significativa entre níveis mais elevados de risco médico e o abuso físico.

Analisando o abuso e negligência de forma global, não foram encontradas associações significativas com o peso e complicações à nascença [10].

Temperamento e comportamento

Um estudo [3] analisou a associação da negligência com o temperamento e comportamento da criança, sendo que mães negligentes avaliaram os seus bebés como tendo um temperamento global mais difícil, mas o comportamento não apresentou associação significativa com a negligência. Outro estudo [20] analisou o comportamento da criança como preditor de abuso e negligência e não encontrou igualmente resultados significativos.

A agressividade da criança mostrou uma associação significativa com o abuso físico [22], e a vulnerabilidade e fragilidade da criança com o mau trato no global [20].

Idade

A idade da criança foi considerada em dois estudos, um dos quais não apresentou associações significativas com o mau trato [7]. O outro estudo reportou que crianças mais jovens são mais vítimas de negligência, enquanto crianças mais velhas sofrem mais abuso [8].

Desenvolvimento

O desenvolvimento cognitivo [3; 9] e motor [3] das crianças foi analisado em dois estudos, que reportaram associações significativas com o mau trato e com o risco de sinalização, isto é, níveis mais elevados de desenvolvimento cognitivo da criança estão associados a um menor risco de sinalização aos serviços de proteção à criança.

Género

O género das crianças foi analisado em apenas um estudo [21], que não reportou associações significativas com o abuso e negligência.

Número de separações

O número de separações da criança e dos seus cuidadores foi analisada num estudo [22], que evidenciou uma associação significativa com o abuso.

Experiências maternas na infância

História de maus tratos na infância

A história de maus tratos na infância dos cuidadores foi analisada em quatro estudos, sendo que em dois deles não se observou uma associação significativa entre esta variável e o abuso e negligência [20; 25]. Todavia, a negligência física [21] e o abuso [22] surgiram em dois estudos associados à história de maus tratos na infância dos cuidadores.

História de abuso sexual na infância

A história materna de abuso sexual na infância foi considerada em três estudos, tendo sido reportados resultados significativos relativos à sua associação com a parentalidade maltratante [20], e especificamente com os maus tratos físicos [14] e com a negligência [25].

Experiências de crescimento da mãe

As experiências de crescimento das mães foram analisadas em dois estudos [1; 8]. Num desses estudos, as experiências de crescimento foram subdivididas em 15 categorias, das quais 11 não foram significativamente associadas com a parentalidade maltratante. As restantes categorias apresentaram associações significativas com o abuso, nomeadamente sentir que os pais estavam descontentes consigo, ter sido vítima de punições severas injustas, relações negativas ou cortadas com a mãe e experiência de acolhimento e adoção [1].

No outro estudo, foi analisada a idade da mãe no momento em que saiu de casa [8], mas sem quaisquer resultados significativos na associação com a negligência e o abuso físico.

IV. DISCUSSÃO

A associação entre o mau trato à criança e a pobreza tem-se revelado cada vez mais evidente na literatura (e.g., Brown, Cohen, Johnson, & Salzinger, 1998; Drake & Pandey, 1996; Lee & Goerge, 1999; Magnuson & Duncan, 2002; Manso, 2002). No entanto, constata-se que por um lado, existem situações de mau trato em famílias que não se encontram em situações de pobreza e, por outro, que nem todas as famílias pobres são maltratantes. Neste sentido, revela-se imprescindível identificar, de forma sistemática, que outros fatores interferem na associação entre mau trato e pobreza. O presente estudo teve como objetivo apresentar uma revisão sistemática de literatura, de modo a explorar os preditores do mau trato (abuso e negligência) em famílias pobres.

A pesquisa seguiu as orientações do *PRISMA Statement* (Liberati et al., 2009) e a revisão sistemática foi desenvolvida através de um processo rigoroso, do qual resultaram 25 estudos cujas variáveis foram analisadas de modo a contribuir para uma melhor compreensão da relação entre o mau trato e a pobreza.

Os resultados desta revisão foram organizados em seis categorias que permitiram agrupar as variáveis em análise, sendo elas: características demográficas e sociais dos cuidadores e da família; experiências maternas na infância; recursos psicológicos/ emocionais dos pais; ambiente familiar e comunitário; características da criança e parentalidade².

De um modo geral, os resultados desta revisão permitiram observar que a categoria com um maior número de variáveis analisadas corresponde às características demográficas e sociais dos cuidadores (89 incidências), com 11 variáveis no total. Os recursos psicológicos/ emocionais dos cuidadores foi a segunda categoria com mais variáveis analisadas, nomeadamente oito variáveis (com 26 incidências), seguindo-se a categoria relativa à parentalidade que contou com 8 variáveis analisadas (20 incidências). A categoria relativa ao ambiente familiar e comunitário incluiu sete variáveis analisadas (com 29 incidências). No que se refere às características das crianças, foram analisadas seis variáveis (14 incidências) e, por último, a categoria alusiva às experiências maternas na infância analisou três variáveis, (9 incidências).

Especificamente, as variáveis sociodemográficas familiares mais estudadas foram, por ordem decrescente, a idade, a escolaridade, o número de filhos, o estado civil, problemas saúde, etnia e necessidades económicas. De entre estas variáveis, o estado civil parece ser preditor do mau

² Dado que cada estudo explorou diversas variáveis, em algumas situações observam-se mais incidências em cada categoria do que o número total de estudos analisados.

trato em famílias pobres, na medida em que mães maltratantes residem menos com os seus cônjuges e existem menos mães casadas. O número de filhos nas famílias pobres parece prever a negligência, o abuso e a probabilidade de sinalização aos serviços de proteção infantil, tal como se verificou relativamente aos problemas de saúde. As características da habitação e os eventos de vida negativos em famílias com necessidades económicas, apesar de constituírem as variáveis menos estudadas desta categoria, revelaram-se preditores do mau trato e da sinalização aos serviços de proteção nos poucos estudos que as analisaram. Os eventos de vida negativos das famílias pobres parecem prever o abuso físico, as práticas negligentes e a probabilidade de sinalização aos serviços de proteção.

No que diz respeito aos recursos psicológicos/ emocionais dos cuidadores, as variáveis mais estudadas nesta categoria foram as perturbações mentais, o stress e o *self*. A análise destas variáveis sugere a possibilidade do stress e as perturbações mentais serem preditores de mau trato. Relativamente ao stress, todos os estudos que analisaram a variável mostraram associações significativas com o mau trato, o que sugere que cuidadores pobres que estão sob maior stress, terão maior probabilidade de envolvimento em práticas parentais negligentes, abuso físico e sinalização aos serviços de proteção. Concretamente, perturbações mentais como a depressão, parecem ser preditoras de negligência, abuso físico e sinalização aos serviços de proteção à criança. Já o stress pós-traumático aparenta ser preditor do mau trato físico, à semelhança da perturbação antissocial da personalidade. Variáveis como o défice cognitivo e a solidão foram consideradas em apenas um estudo. Porém os resultados sugerem que ambas as variáveis são preditoras de mau trato, e a solidão como um possível preditor da negligência.

As variáveis mais estudadas na categoria da parentalidade foram as crenças parentais, as características da gravidez e os cuidados parentais. Os resultados indicam que a falta de qualidade nos cuidados parentais em famílias pobres parecem ser bons preditores do mau trato e, especificamente, de sinalização por negligência de supervisão. Já as crenças parentais aparecem como preditoras de negligência e abuso físico. As variáveis menos estudadas da categoria da parentalidade foram a história de envolvimento com os serviços de proteção, as competências parentais, a vinculação e respostas psicofisiológicas aos sinais das crianças. Contudo, todos os estudos envolvendo estas variáveis apresentaram resultados significativos. A história de envolvimento de famílias em situação de pobreza com os serviços de proteção pode eventualmente prever uma nova sinalização a esses mesmos serviços e a falta de competências parentais nessas famílias parece prever situações de negligência. Os dados sugerem ainda que a vinculação pode ser um preditor do mau trato e que as respostas

psicofisiológicas, nomeadamente, o nível de condutância da pele da mãe face ao choro da criança, parece predizer abuso físico.

As variáveis mais estudadas inseridas no ambiente familiar e comunitário de famílias pobres foram o suporte social, a violência doméstica e o funcionamento familiar. Destas, todas parecem ser preditoras de mau trato, abuso e negligência, sendo que a violência doméstica também parece predizer possíveis sinalizações aos serviços de proteção infantil. No âmbito desta categoria, as variáveis menos estudadas foram os stressores relacionados com a vida familiar, o ambiente familiar e a estabilidade familiar. Porém, todos os estudos que as analisaram apresentaram resultados significativos, o que sugere a possibilidade de todas serem preditoras de mau trato. Para além disso, os stressores relacionados com a vida familiar também parecem ser preditores de sinalização aos serviços de proteção à criança.

Relativamente às características das crianças, a saúde e o temperamento/comportamento foram as variáveis mais analisadas, sendo que esta última parece constituir um bom preditor do mau trato. Os resultados sugerem ainda que, apesar de menos analisadas, as variáveis relativas ao desenvolvimento da criança e ao número de separações dos seus cuidadores são também preditores de mau trato e da probabilidade de sinalização aos serviços de proteção.

Na categoria das experiências maternas na infância, as variáveis mais estudadas foram história de abuso sexual e de mau trato, sendo que os resultados sugerem que a história de mau trato parece ser o melhor preditor da negligência física e de abuso.

Em resumo, e com base numa leitura mais geral dos resultados, as variáveis incluídas nas categorias relativas à parentalidade e ao ambiente familiar e comunitário parecem ser as que melhor predizem o mau trato em famílias pobres, seguidas dos recursos psicológicos e emocionais dos cuidadores, das características das crianças e das experiências maternas na infância. Por fim, e curiosamente, apesar da categoria relativa às variáveis sociodemográficas da família ser a que incluiu o maior número de variáveis analisadas e de incidências para cada uma delas, os resultados sugerem que parece ser a que menos prediz o mau trato em famílias com um nível socioeconómico reduzido.

Não deixa por isso de ser paradoxal que a literatura existente sobre a temática do mau trato em famílias pobres analise sobretudo, as características demográficas das famílias, eventualmente devido à maior facilidade de acesso a dados demográficos que, de acordo com os resultados da revisão que apresentamos, poderão não ser os preditores mais fortes do mau trato. Por outro lado, variáveis menos estudadas como a parentalidade, o ambiente familiar e comunitário e os recursos psicológicos/ emocionais dos cuidadores parecem ser as que mais predizem o mau trato em famílias pobres. Sugere-se assim que, em estudos futuros, se invista

na investigação destes preditores por forma a clarificar se o mau trato à criança em famílias pobres poderá ser explicado (e eventualmente prevenido ou minimizado) intervindo sobre estes fatores.

O presente estudo apresenta contudo algumas limitações, na sua maioria decorrentes das diferentes metodologias de investigação utilizadas nos estudos analisados. Da análise dos 25 estudos, não foi possível identificar uma medida generalizada para classificar nem o mau trato nem a pobreza devido ao uso de diferentes métodos de avaliação para descrever as duas problemáticas. Por outro lado, considerando o elevado número de possíveis preditores analisados, optou-se por agrupar as diferentes variáveis em seis categorias com vista a facilitar a análise e interpretação dos dados. Embora o processo de organização das variáveis nas respetivas categorias tenha sido realizado com recurso a três juizes, a sua definição pode ser suscetível a outras interpretações.

Também a sobre-representação das crianças em situação de pobreza no sistema de proteção pode ser um fator explicativo da associação entre a pobreza e o mau trato, o que por si só coloca uma limitação à validade dos estudos incluídos. Contudo, esta sobre-representação pode sobretudo ser explicada pela presença de um conjunto de fatores de risco adicionais decorrentes das condições associadas à pobreza que predizem o mau trato (Jonson-Reid, Drake, & Kohl, 2009), dando ainda mais importância a esta revisão que se propôs identificar esses fatores.

Finalmente salienta-se novamente, que o mau trato à criança está presente em todas as classes sociais e estatutos socioeconómicos e, que apesar da relação evidente entre mau trato e pobreza, tal não significa que a limitação de recursos económicos constitua a única variável explicativa da problemática do mau trato (Azevedo & Maia, 2006; Gelles, 1992), sendo que viver numa situação de carência económica não é, por si só, indicador de uma parentalidade maltratante

Concluindo, a pesquisa desenvolvida neste estudo poderá contribuir para uma melhor identificação de um conjunto de variáveis que intervêm na associação entre o mau trato e a pobreza. Este trabalho poderá, por isso, servir como ponto de partida para investigação futura que permita examinar mais detalhadamente a influência dos fatores aqui mencionados, para que futuramente se possa investir na prevenção dos seus efeitos, bem como intervir de forma sustentada com famílias maltratantes em situação de pobreza.

REFERÊNCIAS

- Azevedo, M. C., & Maia, A. C. (2006). *Maus tratos à criança*. Lisboa: Climepsi Editores.
- Bastos, A., & Nunes, F. (2009). Child poverty in Portugal: Dimensions and dynamics. *Childhood*, 16, 67-87. doi:10.1177/0907568208101691
- Beimers, D., & Coulton, C. (2011). Do employment and type of exit influence child maltreatment among families leaving temporary assistance for needy families?. *Children and Youth Services Review*, 33, 1112-1119. doi:10.1016/j.childyouth.2011.02.002
- Belsky, J. (1980). Child maltreatment: An ecological integration. *American Psychologist*, 35(4), 320-335. doi:10.1037/0003-066X.35.4.320
- Belsky, J. (1993). Etiology of child maltreatment: A developmental ecological analysis. *Psychological Bulletin*, 114(3), 413-434. doi:10.1037/0033-2909.114.3.413
- Berger, L. M. (2004). Income, family structure, and child maltreatment risk. *Children and Youth Services Review*, 26(8), 725-748. doi:org/10.1016/j.childyouth.2004.02.017
- Berger, L. M. (2005). Income, family characteristics, and physical violence toward children. *Child Abuse & Neglect*, 29(2), 107-133. doi:10.1016/j.chiabu.2004.02.006
- Berger, L. J., & Waldfogel, J. (2011). Economic determinants and consequences of child maltreatment. *OECD Social, Employment and Migration Working Papers*, 111, 1-31. doi:10.1787/5kgf09zj7h9t-en
- Bondarenko, N. (2008). Characteristics of the adaptation of poor and well-to-do families. *Sociological Research*, 47, 64-80. doi:10.2753/SOR1061-0154470104
- Bronfenbrenner, U. (1979). *The ecology of human development: Experiments by nature and design*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Brown, J., Cohen, P., Johnson, J. G., & Salzinger, S. (1998). A longitudinal analysis of risk factors for child maltreatment: Findings of a 17-year prospective study of officially recorded and self-reported child abuse and neglect. *Child Abuse and Neglect*, 22(11), 1065-1078. doi:10.1016/S0145-2134(98)00087-8
- Bugental, D. B., & Shennum, W. A. (1984). Difficult children as elicitors and targets of adult communication patterns: An attributional-behavioral transactional analysis. *Monographs of the Society for Research in Child Development*, 49, 1-79. doi:10.2307/1165910

- Bugental, D. B., Johnston, C., New, M., & Silvester, J. (1998). Measuring parental attributions: Conceptual and methodological issues. *Journal of Family Psychology, 12*, 459-480. doi:10.1037/0893-3200.12.4.459
- Bywaters, P., Bunting, L., Davidson, G., Hanratty, J., Mason, W., & ... Steils, N. (2016). *The relationship between poverty, child abuse and neglect: an evidence review*. [PDF] Retrieved from <https://www.jrf.org.uk/report/relationship-between-poverty-child-abuse-and-neglect-evidence-review>
- Calheiros, M. M. (2006). *A construção social do mau trato e negligência parental: Do senso comum ao conhecimento científico*. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Calheiros, M., & Monteiro, M. B. (2000). Mau trato e negligência parental: Contributos para a definição social dos conceitos. *Sociologia, Problemas e Práticas, 34*, 145-176.
- Camilo, C., Garrido, M. V., & Sá, M. O. (2013). Avaliação de um programa de desenvolvimento de competências parentais. In M. M. Calheiros, & M. V. Garrido. *Crianças em risco e perigo: Contextos, investigação e intervenção* (Vol. 3; pp. 209-237). Lisboa, PT: Edições Sílabo.
- Camilo, C., Garrido, M. V., & Calheiros, M. M. (2016). Implicit measures of child abuse and neglect: A systematic review. *Aggression and Violent Behavior, 29*, 43-54. doi:10.1016/j.avb.2016.06.002
- Chaffin, M., Kelleher, K., & Hollenberg, J. (1996). Onset of physical abuse and neglect: Psychiatric, substance abuse, and social risk factors from prospective community data. *Child Abuse and Neglect, 20*(3), 191-203. doi:10.1016/S0145-2134(95)00144-1
- Cicchetti, D., & Rizley, R. (1981). Developmental perspectives on the etiology, intergenerational transmission, and sequelae of child maltreatment. *New Directions for Child Development, 11*, 31-55. doi: 10.1002/cd.23219811104
- Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens (2018). *Relatório de Avaliação da Atividade das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens -2017*. Lisboa.
- Conger, R. D. & Donnellan, M. B. (2007). An interactionist perspective on the socioeconomic context of human development. *Annual Review of Psychology, 58*, 175-199. doi:10.1146/annurev.psych.58.110405.085551
- Deb, S., & Modak, S. (2010). Prevalence of violence against children in families in Tripura and its relationship with socio-economic factors. *Journal of Injury and Violence Research, 2*, 5-18. doi:10.5249/jivr.v2i1.31

- Detlaff, A. J., Rivaux, S. L., Baumann, D. J., Fluke, J. D., Rycraft, J. R., & James, J. (2011). Disentangling substantiation decision in child welfare. *Children and Youth Services Review, 33*(9), 1630-1637. doi:10.1016/j.chilyouth.2011.04.005
- Dietz, T. L. (2000). Disciplining children: Characteristics associated with the use of corporal punishment. *Child Abuse and Neglect, 24*, 1529-1542. doi:10.1016/S0145-2134(00)00213-1
- Drake, B., & Pandey, S. (1996). Understanding the relationship between neighborhood poverty and specific types of child maltreatment. *Child Abuse and Neglect, 20*(11), 1003-1018. doi:10.1016/0145-2134(96)00091-9
- Evans, G. W., & English, K. (2002). The environment of poverty: Multiple stressor exposure, psychophysiological stress, and socioemotional adjustment. *Child Development, 73*, 1238-1248. doi:10.1111/1467-8624.00469
- Gelles, R.J. (1992). Poverty and violence toward children. *American Behavioral Scientist, 35*(3), 258-274. doi: 10.1177/0002764292035003005
- González, N. T. J. (2007). Síndrome de niño maltratado: Variedad negligencia. *Revista Facultad de Medicina UNAM, 50*(3), 128-130. doi:10.1016/j.rodex.2016.04.005
- Hussey, J. M., Chang, J. J., & Kotch, J. B. (2006). Child maltreatment in the United States: Prevalence, risk factors, and adolescent health. *Pediatrics, 118*(3), 933-942. doi:10.1542/peds.2005-2452
- Jones, E. D., & McCurdy, K. (1992). The links between types of maltreatment and demographic characteristics of children. *Child Abuse and Neglect, 16*, 201-215. doi:10.1016/0145-2134(92)90028-P
- Jonson-Reid, M., Drake, B., & Kohl, P. L. (2009). Is the overrepresentation of the poor in child welfare caseloads due to bias or need? *Children and Youth Services Review, 31*(3), 422-427. doi:10.1016/j.chilyouth.2008.09.009
- Kotch, J., Browne, D., Ringwalt, C. L., Stewart, P. W., Ruina, E., Holt, K., ... Jung, J.-W. (1995). Risk of child abuse or neglect in a cohort of low-income children. *Child Abuse & Neglect, 19*(9), 1115-1130. doi:10.1016/0145-2134(95)00072-G
- Lee, B. J., & Goerge, R. M. (1999). Poverty, early childbearing, and child maltreatment: A multinomial analysis. *Children and Youth Services Review, 21*(9-10), 755-780. doi:10.1016/S0190-7409(99)00053-5
- Liberati, A., Altman, D. G., Tetzlaff, J., Mulrow, C., Gøtzsche, P. C., Ioannidis, J. P. A., ... Moher, D. (2009). The PRISMA statement for reporting systematic reviews and metaanalyses of studies that evaluate health care interventions: Explanation and

- elaboration. *PLoS Medicine*, 6, 1–6. doi:10.1371/journal.pmed100009
- Mack, J., & Lansley, S. (1985). *Poor Britain*. London: George Allen & Unwin.
- Mani, A., Mullainathan, S., Shafir, E., & Zhao, J. (2013). Poverty impedes cognitive function. *Science*, 341, 976-980. doi:10.1126/science.1238041
- Manso, J. (2002). Estudio sobre las variables que intervienen en el abandono físico o negligencia infantil. *Anales de Psicología*, 18, 135-150.
- Milner, J. (2003). Social information processing in high-risk and physically abusive parents. *Child Abuse & Neglect*, 27, 7-20. doi:10.1016/S0145-2134(02)00506-9
- Ouzzani, M., Hammady, H., Fedorowicz, Z., & Elmagarmid A. (2016). Rayyan — a web and mobile app for systematic reviews. *Systematic Reviews*, 5:210. doi: 10.1186/s13643-016-0384-4
- Pereira, E. (2010). Observar a pobreza em Portugal: uma leitura crítica das principais abordagens à operacionalização do conceito de pobreza, *Fórum Sociológico*, 20, 57-66. doi:10.4000/sociologico.182
- Rodrigues, C. F., Figueiras, R., & Junqueiro, V. (2016). *Introdução ao estudo: Desigualdade de rendimento e pobreza em Portugal 2009-2014*. Fundação Francisco Manuel dos Santos. Retrieved from <https://www.ffms.pt/FileDownload/79783fb3-9b9f-4ba1-9ee4-473b82834d0c/introducao-ao-estudo-desigualdade-do-rendimento-e-pobreza-em-portugal>
- Sameroff, A., Seifer, R., Zax, M., & Barocas, M. (1987). Early indicators developmental risk: Rochester longitudinal study. *Schizophrenia Bulletin*, 13(3), 383-394. doi:10.1093/schbul/13.3.383
- Santana, P. (2002). Poverty, social exclusion and health in Portugal. *Social Science and Medicine*, 55(1), 33-45. doi:10.1016/S0277-9536(01)00218-0
- Tang, C. M. (2008). Working toward a conceptual definition of child neglect. *Journal of Health and Human Services Administration*, 31, 356-384.
- Unicef (2013). *As crianças e a crise em Portugal: Vozes de crianças, políticas públicas e indicadores sociais, 2013* [PDF]. Lisboa: Comité Português para a Unicef. Retirado de <https://www.unicef.pt/as-criancas-e-a-crise-em-portugal/files/Relatorio-Unicef.pdf>
- Unicef. (2017, novembro). *Defining child poverty*. Retrieved from <https://www.unicef.org/sowc05/english/povertyissue.html>

REFERÊNCIAS DA REVISÃO SISTEMÁTICA

- Altemeier, W. A., O'Connor, S., Vietze, P. M., Sandler, H. M., & Sherrod, K. B. (1982). Antecedents of child abuse. *The Journal of Pediatrics*, *100*, 823-829. doi:10.1016/S0022-3476(82)80604-5
- Brayden, R. M., Altemeier, W. A., Tucker, D. D., Dietrich, M. S., & Vietze, P. (1992). Antecedents of child neglect in the first two years of life. *The Journal of Pediatrics*, *120*, 426-429. doi:10.1016/S0022-3476(05)80912-6
- Bugental, D. B., & Happaney, K. (2004). Predicting infant maltreatment in low-income families: The interactive effects of maternal attributions and child status at birth. *Developmental Psychology*, *40*, 234-243. doi:10.1037/0012-1649.40.2.234
- Caldera, D., Burrell, L., Rodriguez, K., Crowne, S. S., Rohde, C., & Duggan, A. (2007). Impact of a statewide home visiting program on parenting and on child health and development. *Child Abuse & Neglect*, *31*, 829-852. doi: 10.1016/j.chiabu.2007.02.008
- Casady, M. A., & Lee, R. E. (2002). Environments of physically neglected children. *Psychological Reports*, *91*, 711-721. doi:10.2466/pr0.2002.91.3.711
- Christensen, M. J., Brayden, R., Dietrich, M. S., McLaughlin, F. J., Sherrod, K. B., & Altemeier, W. A. (1994). The prospective assessment of self-concept in neglectful and physically abusive low income mothers. *Child Abuse & Neglect*, *18*, 225-232. doi:10.1016/0145-2134(94)90107-4
- Coohey, C. (2007). Social networks, informal child care, and inadequate supervision by mothers. *Child welfare*, *86*, 53-66.
- Crittenden, P. M. (1988). Distorted patterns of relationship in maltreating families: The role of internal representation models. *Journal of Reproductive and Infant Psychology*, *6*, 183-199. doi:10.1080/02646838808403555
- Dubowitz, H., Kim, J., Black, M. M., Weisbart, C., Semiatin, J., & Magder, L. S. (2011). Identifying children at high risk for a child maltreatment report. *Child Abuse & Neglect*, *3*, 96-104. doi:10.1016/j.chiabu.2010.09.003
- Egeland, B., & Sroufe, L. A. (1981). Attachment and early maltreatment. *Child Development*, *52*, 44-52. doi:10.2307/1129213
- Fong, K. (2017). Child welfare involvement and contexts of poverty: The role of parental adversities, social networks, and social services. *Children and Youth Services Review*, *72*, 5-13. doi:10.1016/j.chilyouth.2016.10.011

- Gaudin, J. M., Polansky, N. A., Kilpatrick, A. C., & Shilton, P. (1996). Family functioning in neglectful families. *Child Abuse & Neglect*, *20*, 363-377. doi:10.1016/0145-2134(96)00005-1
- Gaudin, J. M., Polansky, N. A., Kilpatrick, A. C., & Shilton, P. (1993). Loneliness, depression, stress, and social supports in neglectful families. *American Journal of Orthopsychiatry*, *63*, 597-605. doi:10.1037/h0079475
- Graham, S., Weiner, B., Cobb, M., & Henderson, T. (2001). An attributional analysis of child abuse among low-income African American mothers. *Journal of Social and Clinical Psychology*, *20*, 233-257. doi:10.1521/jscp.20.2.233.22263
- Hien, D., & Honeyman, T. (2000). A closer look at the drug abuse-maternal aggression link. *Journal of Interpersonal Violence*, *15*, 503-522. doi:10.1177/088626000015005004
- Hirsch, B. K., Yang, M. Y., Font, S., & Slack, K. S. (2015). Physically hazardous housing and risk for child protective services involvement. *Child Welfare*, *94*, 87-104.
- Joosen, K. J., Mesman, J., Bakermans-Kranenburg, M. J., & Van IJzendoorn, H. M. (2013). Maternal overreactive sympathetic nervous system responses to repeated infant crying predicts risk for impulsive harsh discipline of infants. *Child Maltreatment*, *18*, 252-263. doi:10.1177/1077559513494762
- Ondersma, S. M. (2002). Predictors of neglect within low-SES families: The importance of substance abuse. *American Journal of Orthopsychiatry*, *72*, 383-391. doi:10.1037/0002-9432.72.3.383
- Ortega, D. M. (2002). How much support is too much? Parenting efficacy and social support. *Children and Youth Services Review*, *24*, 853-876. doi:10.1016/S0190-7409(02)00239-6
- Pereira, M., Negrão, M., Soares, I., & Mesman, J. (2015). Predicting harsh discipline in at-risk mothers: The moderating effect of socioeconomic deprivation severity. *Journal of Child and Family Studies*, *24*, 725-733. doi:10.1007/s10826-013-9883-2
- Scannapieco, M., & Carrick, K. C. (2004). Families in poverty: Those who maltreat their infants and toddlers and those who do not. *Journal of Family Social Work*, *7*, 9-70. doi:10.1300/J039v07n03_04
- Shanahan, M. E., Runyan, D. K., Martin, S. L., & Kotch, J. B. (2017). The within poverty differences in the occurrence of physical neglect. *Children and Youth Services Review*, *75*, 1-6. doi:10.1016/j.childyouth.2017.02.014

- Smith, J. A. S., & Adler, R. G. (1991). Children hospitalized with child abuse and neglect: A case-control study. *Child Abuse & Neglect*, 15, 437-445. doi:10.1016/0145-2134(91)90027-B
- Yang, M. Y., & Maguire-Jack, K. (2016). Predictors of basic needs and supervisory neglect: Evidence from the Illinois families study. *Children and Youth Services Review*, 67, 20-26. doi:10.1016/j.chilyouth.2016.05.017
- Zuravin, S. J. (1988). Child maltreatment and teenage first births: A relationship mediated by chronic sociodemographic stress? *The American Journal of Orthopsychiatry*, 58, 91-103. doi:10.1111/j.1939-0025.1988.tb01569.x
- Zuravin, S. J., & DiBlasio, F. A. (1992). Child-neglecting adolescent mothers: How do they differ from their nonmaltreating counterparts? *Journal of Interpersonal Violence*, 7, 471-489. doi:10.1177/088626092007004004

ANEXOS

Anexo A. Síntese da extração de dados

ID	Autores/ano	Amostra	Tipo de mau trato	Preditores	Resultados
1	Altemeier, O'Connor, Vietze, Sandler, & Sherrod, 1982	1400 mães com baixo rendimento: - 23 mães fisicamente abusivas - 1377 não-abusivas	Abuso físico, com lesão associada (avaliação de práticas parentais por entrevista)	Nº filhos Estado civil Idade da mãe Etnia Escolaridade Duração da gravidez Conhecimentos sobre desenvolvimento da criança Experiências de crescimento	Mães abusivas têm mais filhos ($p=.001$), especialmente com menos de 5 anos de idade ($p=.0008$) <i>n.s.</i> <i>n.s.</i> <i>n.s.</i> <i>n.s.</i> <i>n.s.</i> <i>n.s.</i> Mães abusivas: - Maior incidência de experiências de acolhimento/adoção ($p=.0001$) - Relação negativa/ separadas da sua mãe ($p=.001$) - Sentiu que pais estavam descontentes com ela ($p=.007$) - Vítima de punições severas <i>injustas</i> ($p=.01$) [- Rejeição da mãe como modelo (<i>n.s.</i>) - Não se sentiu amada em criança (<i>n.s.</i>) - Pais bateram-lhe mais do que duas vezes (<i>n.s.</i>) - Foi ao médico devido a lesão por abuso físico (<i>n.s.</i>) - Foi criada com ambos os pais (<i>n.s.</i>) - Teve uma infância infeliz (<i>n.s.</i>) - Teve experiências de punição abusivas (<i>n.s.</i>) - Os pais ficavam nervosos com crianças (<i>n.s.</i>) - Desiludiu os pais (<i>n.s.</i>) - Tem sentimentos negativos em relação ao pai (<i>n.s.</i>) - Foi espancada pelos pais (<i>n.s.</i>)]
				Auto-imagem	Mães abusivas: - Sente-se frequentemente mal-sucedida ($p<.01$) [- Sente-se incomodada com a crítica (<i>n.s.</i>)]
				Suporte social	Mães abusivas: - Menor tendência para manter relação próxima com o pai do bebé ($p<.05$) [- Espera ajuda do pai do bebé (<i>n.s.</i>) - Percepção dos sentimentos dos pais em relação à gravidez (<i>n.s.</i>) - Efeitos da gravidez na sua relação (<i>n.s.</i>) - Ajuda por parte da família e amigos (<i>n.s.</i>) - Partilha de problemas com familiares e amigos (<i>n.s.</i>)

					- Pedir ajuda dos amigos em caso de necessidade (<i>n.s.</i>)
			Atitudes relativas à parentalidade e disciplina	Mães abusivas:	- Maior incidência de experiências de acolhimento/morte de um filho ($p=.0001$) - Receu magoar a criança ($p=.002$) - Maior recusa a revelar reação a uma criança irritante ($p=.01$) - Atacou violentamente uma criança ou adulto recentemente ($p=.02$) - Sentiu raiva de uma criança a chorar ($p=.03$) [- Considera que chicotear ou bater é a melhor disciplina (<i>n.s.</i>) - Não sente desejo de confortar uma criança a chorar (<i>n.s.</i>)]
			Atitude relativa à gravidez	Mães abusivas:	- Não desejava o bebé aquando a confirmação da gravidez ($p=.03$) - Gravidez não planeada ($p=.01$) - Sentiu-se aborrecida, sozinha, ou deprimida durante a gravidez ($p=.03$) - Desejou não estar grávida ($p=.03$) [- Faz associações negativas aos bebés (<i>n.s.</i>) - Planeou não amamentar (<i>n.s.</i>) - Preferia rapaz ou rapariga (<i>n.s.</i>) - Preparou o enxoval do bebé (<i>n.s.</i>) - Escolheu o nome (<i>n.s.</i>) - Considerou abortar ou entregar bebé para adoção (<i>n.s.</i>) - Ter recursos financeiros adequados (<i>n.s.</i>) - Sentir-se pronta para a maternidade (<i>n.s.</i>) - Sentimento atual relativo a bebé (<i>n.s.</i>)]
			Stressores relacionados com saúde	Mães abusivas:	- Percebe o seu filho como tendo algum problema de saúde ou social ($p<.05$) [- Vítima de violência (<i>n.s.</i>) - Problemas de abuso de álcool ou drogas na família (<i>n.s.</i>)]
			Stressores relacionados com vida familiar	Mães abusivas:	- Maior incidência de gravidezes recentes (menos de 1 ano), para além da gravidez actual ($p=.002$) - Mudança de casa mais do que uma vez num mês ($p=.001$) [- Desistência de emprego no último ano (<i>n.s.</i>) - Ser despedida (<i>n.s.</i>) - Ter problemas com chefias (<i>n.s.</i>)]
2	Hirsch, Yang, Font, & Slack, 2015	1363 famílias com baixo rendimento	Abuso e negligência (sinalização aos serviços de proteção)	Riscos na habitação	Controlando um conjunto de fatores, os riscos físicos na habitação aumentam o risco de sinalização por qualquer tipo de mau trato, e especialmente para a negligência:

- Para qualquer tipo de mau trato: controlando as variáveis sociodemográficas (OR=1.60, 95% CI= 1.01- 2.56), mais as características da habitação (OR=1.64, 95% CI=1.03 - 2.62), mais o bem-estar económico (OR= 1.66, 95% CI=1.04 - 2.65)

Controlando os fatores psicossociais (depressão, afeto e stress parental, e abuso de substâncias), os riscos na habitação diminuem a sua capacidade de predição da sinalização aos serviços de proteção (OR=1.59, 95% CI=0.98- 2.56), i.e. os riscos na habitação poderão estar relacionados a um baixo nível de bem-estar dos pais, nomeadamente em relação stress parental, aumentando por sua vez o risco de mau trato

				Idade pai/mãe	<i>n.s.</i>
				Etnia	Probabilidade de sinalização maior para respondentes brancos não-hispânicos (OR=3.10, 95% CI=1.85- 5.19)
				Escolaridade	<i>n.s.</i>
				Nº filhos	Probabilidade de sinalização maior para respondentes com 3 ou mais filhos (OR=2.03, 95% CI=1.23-3.36)
				Saúde pai/mãe	<i>n.s.</i>
				História de envolvimento anterior com serviços de proteção	Probabilidade de sinalização maior para respondentes com envolvimento anterior com serviços de proteção (OR=2.46, 95% CI=1.45-4.15)
				Aglomeração de elementos na mesma habitação	<i>n.s.</i>
				Mudanças de casa	Probabilidade de sinalização maior para respondentes que experienciaram mais mudanças de casa (OR=1.66, 95% CI=1.03-2.66)
				Habitação pública	<i>n.s.</i>
				Situação perante o trabalho	<i>n.s.</i>
				Insuficiência de comida	<i>n.s.</i>
				Falta de cuidados médicos	<i>n.s.</i>
				Depressão	<i>n.s.</i>
				Stress parental	Probabilidade de sinalização maior para respondentes que reportaram maiores níveis de stress parental (OR=1.06, 95% CI=1.01-1.11)
				Afeto parental	<i>n.s.</i>
				Abuso de álcool/ drogas	<i>n.s.</i>
3	Brayden, Altemeier,	Mães com baixos	Negligência (sinalização	Idade da mãe	<i>n.s.</i>
				Etnia da mãe	<i>n.s.</i>

Tucker, Dietrich, & Vietze, 1992	rendimentos: - 255 mães com elevado risco - 1121 mães sem qualquer risco	aos serviços de proteção)	Estado civil	<i>n.s.</i>
			Escolaridade	Mães negligentes menos escolarizadas (32% mães não-neg. terminaram ensino secundário, em comparação com 11% negligentes, $p<.01$)
			Nº filhos	Mães negligentes com mais filhos ($M_{neg}=0.83$ crianças com menos de 6 anos de idade, em comparação com $M_{não-neg}=0.57$, $p<.05$)
			Mudança de casa	<i>n.s.</i>
			Gravidez não desejada	<i>n.s.</i>
			Prisão dos pais últimos 12 meses	<i>n.s.</i>
			Abuso de álcool/drogas	<i>n.s.</i>
			Prestação de cuidados	Mães negligentes apresentaram (marginalmente) menores scores na prestação de cuidados ($t(1374)=1.749$, $p=.081$)
			Competências parentais	Mães negligentes apresentaram menores scores nas competências parentais ($t(1374)=2.291$, $p=.022$)
			Suporte social	Mães negligentes apresentaram (marginalmente) menor suporte social ($t(1374)=1.947$, $p=.052$)
			Personalidade da mãe e auto-imagem	<i>n.s.</i>
			Problemas de saúde	<i>n.s.</i>
			Atitude relativa à gravidez	<i>n.s.</i>
			Conhecimentos sobre desenvolvimento da criança	<i>n.s.</i>
			Stressores familiares (mãe)	Mães negligentes apresentaram (marginalmente) mais stressores maternos ($t(1373)=1.721$, $p=.085$)
			Stressores familiares (pai)	<i>n.s.</i>
			Índice Apgar	<i>n.s.</i>
			Complicações na gravidez	<i>n.s.</i>
			Anomalias congénitas	<i>n.s.</i>
			Comportamento do recém-nascido	<i>n.s.</i>
Peso à nascença	Crianças vítimas de negligência apresentaram, à nascença, menor peso ($M=2945$ gr), do que as crianças não-vítimas ($M=3212$ gr), $p<.05$			
Temperamento da criança	Mães negligentes avaliaram os seus bebés como tendo um temperamento global mais difícil ($\chi^2(3)=10.08$, $p=.018$), nomeadamente ao nível da resposta ao stress ($\chi^2(1)=5.80$, $p=.016$)			
Desenvolvimento	Crianças vítimas de negligência			

				da criança	apresentaram, aos 9 meses, resultados mais baixos ao nível do desenvolvimento mental ($t(130)=3.30$, $p=.001$) e motor ($t(130)=3.78$, $p<.001$)
4	Bugental & Happaney, 2004	73 famílias de baixos rendimentos, com baixa escolaridade	Abuso físico e negligência (avaliação de práticas parentais)	Idade ao nascimento do 1º filho (mãe)	<i>n.s.</i>
				Estado civil (mãe)	<i>n.s.</i>
				Escolaridade (mãe)	<i>n.s.</i>
				Atribuições maternas	. Abuso físico: atribuições x risco médico ($F(1,65)=3.75$, $p=.06$) Mães com baixo controlo percebido, com uma criança com elevado risco médico, demonstraram maiores níveis de abuso físico ($t(69)=2.82$, $p<.01$) . Negligência: atribuições x risco médico Mães com baixo controlo percebido, com uma criança com elevado risco médico, demonstraram maiores níveis de negligência ($t(68)=2.53$, $p=.01$)
				Risco médico da criança (Apgar e prematuridade)	. Abuso físico: efeito principal ($F(1,65)=4.06$, $p=.05$) - mães com crianças com elevado risco médico apresentaram maiores níveis de abuso físico . Negligência: <i>n.s.</i>
				Depressão	. Abuso físico: mães fisicamente abusivas reportaram mais sintomas depressivos ($M=13$) do que as mães não abusivas ($M=7$), $F(1,70)=7.61$, $p<.01$
5	Casady & Lee, 2002	205 famílias com baixo rendimento: - 103 negligentes - 102 não-negligentes	Negligência (avaliação de práticas parentais)	Escolaridade	Níveis mais elevados de escolaridade dos pais associados a maior bem-estar da criança, ou seja menores níveis de negligência ($r=.46$, $p<.05$)
				Eventos de vida negativos	Mais eventos de vida negativos associados a menor bem-estar da criança, ou seja maiores níveis de negligência ($r=-.50$, $p<.05$)
				Serviços de suporte	<i>n.s.</i>
				Rede social	Maior rede social associada a maior bem-estar da criança, ou seja menores níveis de negligência ($r=.17$, $p<.05$)
				Afeto familiar	Níveis mais elevados de afeto familiar associados a maior bem-estar da criança, ou seja menores níveis de negligência ($r=.30$, $p<.05$)
				Atividades partilhadas em família	<i>n.s.</i>
				Índice de problemas do adulto	Mais problemas do adulto associados a menor bem-estar da criança, ou seja maiores níveis de negligência ($r=-.43$, $p<.05$)
				Depressão	Níveis mais elevados de depressão associados a menor bem-estar da

					criança, ou seja maiores níveis de negligência ($r=-.22, p<.05$)
6	Christensen, Brayden, Dietrich, McLaughlin, Sherrod, & Altemeier, 1994	459 mães com baixo rendimento, das quais 29 maltratantes (n negligência= 22; n abuso físico= 11; n negligência & abuso= 4)	Abuso físico e negligência (sinalização aos serviços de proteção)	Auto-conceito	Negligência: Mães negligentes demonstraram significativamente menores níveis de auto-conceito ($M=42.8$), em comparação com as mães do grupo de controlo ($M=49.7$), $t= -2.42, p\leq.05$ Abuso físico: <i>n.s.</i>
7	Coohey, 2007	62 mães com baixo rendimento: - 32 mães com comportamentos de supervisão desadequados - 32 mães de controlo	Negligência (sinalização aos serviços de proteção)	Idade da mãe	<i>n.s.</i>
				Nº filhos	<i>n.s.</i>
				Idade da criança	<i>n.s.</i>
				Escolaridade (mãe)	Mães com adequada supervisão demonstraram maiores níveis de escolaridade ($M=12$ anos) do que mães negligentes ($M=10.5$ anos) $p<.01$
				Rede de suporte (recursos)	. Mãe negligentes identificaram menos pessoas que supervisionam os seus filhos na sua presença ($M=2.29$), em comparação com o grupo de controlo ($M=4.70$), $p<.01$. Mães negligentes identificaram menos pessoas que cuidam dos seus filhos na sua ausência ($M=2.82$), em comparação com o grupo de controlo ($M=4.32$), $p<.05$
Rede de suporte (características)	Mães negligentes, em comparação com mães do grupo de controlo, reportaram: . Relações com parceiro menos duradouras ($r=.42, p<.0001$) . Menos mães casadas ($r=.34, p<.01$) . Menos mães a viver com parceiro ($r=.53, p<.05$) . Menos mães cujo parceiro é pai biológico da criança ($r=.45, p<.0001$) . Menos contacto com parceiro ($r=.42, p<.05$) . Menor número de familiares ($r=.41, p<.05$) . Menos familiares a viver nas proximidades ($r=.40, p<.05$) . Menos relações positivas com familiares ($r=.57, p<.0001$)				
8	Crittenden, 1988	124 famílias de baixo rendimento, com uma criança <4 anos: - 22 abusivas - 20 negligentes - 31 abuso/negligência - 22 marginalment maltratantes - 29 controlo	Abuso físico e negligência (avaliação de práticas parentais por entrevista)	Idade da mãe	<i>n.s.</i>
				Nº pessoas em casa	<i>n.s.</i>
				Idade da mãe quando saiu de casa	<i>n.s.</i>
				Nº filhos	<i>n.s.</i>
				Escolaridade	Mães negligentes têm os menores níveis de escolaridade, e o grupo de controlo os maiores níveis de escolaridade, $F(4,119)= 5.78, p<.001$
				Etnia da mãe	<i>n.s.</i>
Situação perante	<i>n.s.</i>				

o trabalho	
Défice cognitivo da mãe	$\chi^2(4) = 13.97, p < .007$: Percentagem maior de mães com défice cognitivo no grupo de abuso e mau trato marginal, e menor percentagem no grupo de abuso/negligência
Dependências de apoios sociais	$\chi^2(4) = 13.97, p < .007$: As mães maltratantes marginalmente apresentam uma maior dependência de apoios sociais governamentais, enquanto o grupo de controlo apresenta a menor percentagem
Idade da criança	Mães negligentes têm filhos mais pequenos, enquanto o grupo de mau trato marginal têm as crianças mais velhas, $F(4,119) = 2.87, p < .03$
Estabilidade familiar	. Mães maltratantes marginalmente apresentaram mais separações temporárias em adultas do que as outras mães, $F(4,119) = 5.29, p < .001$. Mudanças de casa experienciadas pelas crianças foram mais frequentes no grupo de mães abusivas e menos frequentes no grupo de mães negligentes, $F(4,119) = 2.86, p < .02$
Estado civil	Estado civil - $\chi^2(16) = 32.36, p < .009$: . Mães abusivas, abusivas/negligentes, maltratantes marginalmente com maior tendência para ser solteira ou viver com namorado; . Mães negligentes com maior tendência para viver com outras pessoas que não marido (avós); . Mães do grupo de controlo com maior tendência para serem casadas
Violência doméstica	Relação marital violenta - $\chi^2(4) = 29.53, p < .001$: mães abusivas e abusivas/negligentes apresentaram ter mais relações maritais violentas, em comparação com o grupo de controlo
Relação mãe-criança	. Mães do grupo de controlo mais sensíveis aos sinais da criança, $t(67) = 4.15, p < .001$. Mães abusivas mais controladoras do comportamento da criança, $t(67) = 3.95, p < .001$. Mães negligentes mais irresponsivas aos sinais e comportamentos da criança, $t(67) = 4.04, p < .001$
Relação mãe-rede social	$\chi^2(8) = 72.85, p < .001$: . Mães do grupo de controlo com mais relações longas e recíprocas com amigos e familiares . Mães abusivas, abusivas/negligentes e maltratantes marginalmente com mais relações curtas e não-recíprocas com amigos . Mães negligentes com relações mais frequentes, mas não-satisfatórias e não-recíprocas, com um grupo

				pequeno de familiares	
			Relação mãe-entrevistador	<p>. Mães do grupo de controlo mais abertas, acolhedoras, cativantes e gratificantes</p> <p>. Mães abusivas/negligentes mais mal-humoradas, hostis, desconfiadas e intimidatórias para os entrevistadores, $F(4,119)= 5.0, p<.001$</p> <p>. Mães negligentes mais "ausentes", fazendo entrevistador sentir-se rejeitado, $F(4,119)= 15.30, p<.001$</p> <p>. Mães maltratantes marginalmente mais envolvidas, mas emocionalmente avassaladoras para o entrevistador, $F(4,119)= 6.87, p<.001$</p>	
			Relação criança-mãe	<p>Interação:</p> <p>. Crianças do grupo de controlo interagiam mais cooperativamente com mães, $t(67)= -4.28, p<.001$</p> <p>. Crianças abusadas, abusadas/negligenciadas eram compulsivamente mais condescendentes, $t(67)= 4.44, p<.001$</p> <p>. Crianças negligenciadas eram mais passivas, $t(67)= -2.18, p<.03$</p> <p>. Crianças maltratadas marginalmente eram relativamente mais cooperantes, $t(67)= -4.15, p<.001$, mas demonstraram mais dificuldade, condescendência e passividade do que crianças do grupo de controlo</p> <p>Qualidade da vinculação - $\chi^2(2)= 34.78, p<.001$:</p> <p>. Maioria das crianças do grupo de controlo demonstrou vinculação segura à sua mãe</p> <p>. Maioria das crianças abusadas e abusadas/negligenciadas demonstraram vinculação evitante/ambivalente</p> <p>. Maioria das crianças negligenciadas demonstrou vinculação ansiosa/evitante</p>	
			Modelo generalizado de relações (mãe)	<p>. Mães abusivas revelaram maior ansiedade de separação, em comparação às mães negligentes, $F(4,119)= 4.70, p<.001$</p> <p>. Mães abusivas e abusivas/negligentes culpabilizam-se mais a si e aos outros, $t(119)=2.16, p<.03$, e sentem-se mais rejeitadas, $t(119)= 2.10, p<.05$</p> <p>. Mães maltratantes marginalmente demonstraram maior stress associado a queixas físicas, $F(4,119)=2.52, p<.04$</p> <p>. Mães do grupo de controlo demonstraram menores níveis de negação de sentimentos, $F(4,119)= 2.49, p<.05$</p>	
9	Dubowitz, Kim, Black,	224 famílias de baixo	Mau trato (sinalização)	Desenvolvimento cognitivo da criança	Níveis mais elevados de desenvolvimento cognitivo da criança

	Weisbart, Semiatin, & Magder, 2011	rendimento: - 97 sinalizadas aos serviços de proteção - 127 não-sinalizadas	aos serviços de proteção)	criança	associados a menor risco de sinalização aos serviços de proteção, $B= -.21, SE= .10, p=.035$
				Escolaridade	Níveis mais baixos de escolaridade da mãe associados a maior risco de sinalização aos serviços de proteção, $B= -.44, SE= .22, p=.044$
				Abuso de drogas	Abuso de drogas por parte da mãe associado a maior risco de sinalização aos serviços de proteção, $B= .54, SE= .27, p=.045$
				Depressão	Níveis mais elevados de sintomas depressivos da mãe associados a maior risco de sinalização aos serviços de proteção, $B= .25, SE= .08, p=.003$
				Nº filhos	Ter mais filhos associado a maior risco de sinalização aos serviços de proteção, $B= .23, SE= .08, p=.005$
10	Egeland & Sroufe, 1981	64 mães com baixo rendimento: - 31 mães cujos cuidados são inadequados (abuso físico e negligência severa) - 33 mães cujos cuidados são adequados	Abuso físico e negligência (avaliação de práticas parentais)	Idade da mãe	Mães com cuidados inadequados eram mais novas ($M=18.7$) dos que as mães com cuidados adequados ($M=23.5$)
				Escolaridade	Mães com cuidados inadequados eram menos escolarizadas ($M=10$ anos) dos que as mães com cuidados adequados ($M=12.1$ anos)
				Estado civil	A proporção de mães com cuidados inadequados não-casadas à nascença da criança era maior ($M=82\%$) dos que a proporção de mães não-casadas à nascença da criança do grupo de controlo ($M=40\%$)
				Nº de partos	<i>n.s.</i>
				Complicações à nascença	<i>n.s.</i>
				Idade gestacional	<i>n.s.</i>
				Peso à nascença	<i>n.s.</i>
				Qualidade da vinculação	12 meses: Diferenças significativas entre os 2 grupos, $\chi^2(2)= 9.61, p=0.008$. Vinculação segura (B): Grupo de controlo com mais crianças com vinculação segura, $\chi^2(1)= 8.54, p<.01$. Vinculação insegura evitante (A): <i>n.s.</i> . Vinculação insegura ambivalente/resistente (C): Grupo de controlo com menos crianças com vinculação insegura ambivalente/resistente, $\chi^2(1)= 7.00, p<.01$ 18 meses: <i>n.s.</i> Comparação 12-18 meses (para avaliar instabilidade da vinculação): Proporção de mudanças ao nível da qualidade da vinculação maior no grupo de crianças com cuidados inadequados do que no grupo de controlo, $\chi^2(2)= 5.59, p<.05$
11	Fong, 2016	63 pais com baixo rendimento, dos	Mau trato (sinalização aos serviços	Adversidades parentais associadas à	42% dos incidentes identificados que desencadearam as investigações implicavam, segundo os participantes,

		quais a maioria com filhos sinalizados aos serviços de proteção à criança	de proteção)	pobreza	desvantagens associadas à pobreza, nomeadamente violência doméstica, abuso de drogas, doenças mentais, envolvimento com o sistema de justiça e condições habitacionais desadequadas São identificadas investigações com início devido a relações de vizinhança com pessoas também identificadas como negligentes, com as quais as mães deixaram os seus filhos temporariamente para se submeterem a desintoxicações de substâncias
				Ambiente social	Segundo os participantes, 13% dos incidentes reportados estavam associados a desvantagens ou ações de elementos da rede social mais próxima da família, que devido à situação de pobreza, são na sua maioria fatores de risco para a criança (e.g. bairros/ escolas em contextos pobres, violência na comunidade)
				Relações destruturadas	Segundo os participantes, 27% dos incidentes reportados resultaram da queixa de amigos/vizinhos aos serviços de proteção por vingança do pai/mãe e não para proteção da criança
				Dependência de apoios sociais	Segundo os participantes, 26% dos incidentes reportados estavam associados à exposição das famílias a múltiplos profissionais devido à sua dependência socioeconómica dos serviços
12	Gaudin, Polansky, Kilpatrick, & Shilton, 1996	205 famílias com baixo rendimento: - 103 famílias negligentes - 102 famílias não-negligentes	Negligência (sinalização aos serviços de proteção)	Etnia (pai/mãe) Estado civil (pai/mãe) Idade (pai/mãe) Nº filhos	<i>n.s.</i> <i>n.s.</i> <i>n.s.</i> Famílias negligentes têm mais filhos ($M=3.16$) do que famílias do grupo de controlo ($M=2.56$), $t= 2.71$, $p=.007$
				Escolaridade	Famílias negligentes têm menos anos de escolaridade ($M=9.97$) do que famílias do grupo de controlo ($M=12.00$), $t= 6.98$, $p=.0001$
				Funcionamento familiar	<u>Auto-relato</u> (baixos scores indicam melhor funcionamento): . Famílias negligentes demonstraram sentir-se menos capazes a resolver conflitos ($M=2.26$; $DP=0.79$) do que as famílias do grupo de controlo ($M=2.02$; $DP=0.51$), $t=2.68$, $p<.01$ <u>Relato dos profissionais</u> (baixos scores indicam melhor funcionamento): . Consideram famílias negligentes menos saudáveis ($M=3.01$; $DP=0.63$) do que as famílias do grupo de controlo ($M=2.05$; $DP=0.44$), $t=12.5$, $p<.0001$. Consideram famílias negligentes menos capazes de resolverem conflitos

($M=2.85$; $DP=0.75$) do que as famílias do grupo de controlo ($M=1.93$; $DP=0.48$), $t=10.5$, $p<.0001$

. Consideram famílias negligentes menos coesas ($M=2.84$; $DP=0.75$) do que as famílias do grupo de controlo ($M=2.34$; $DP=0.52$), $t=5.3$, $p<.0001$

. Consideram famílias negligentes menos capazes ao nível da liderança ($M=2.99$; $DP=1.02$) do que as famílias do grupo de controlo ($M=1.81$; $DP=0.69$), $t=9.8$, $p<.0001$

. Consideram famílias negligentes menos verbalmente expressivas ($M=2.89$; $DP=0.73$) do que as famílias do grupo de controlo ($M=1.74$; $DP=0.52$), $t=12.4$, $p<.0001$

Observação:

. Famílias negligentes demonstraram ser menos expressivas de afeto positivo ($M=6.61$; $DP=1.36$) do que as famílias do grupo de controlo ($M=7.03$; $DP=1.12$), $t=2.28$, $p<.05$

. Famílias negligentes demonstraram ser mais expressivas de afeto negativo ($M=4.63$; $DP=1.54$) do que as famílias do grupo de controlo ($M=4.17$; $DP=1.27$), $t=2.24$, $p<.05$

. Famílias negligentes demonstraram ser menos organizadas ($M=6.09$; $DP=1.68$) do que as famílias do grupo de controlo ($M=6.87$; $DP=1.25$), $t=3.59$, $p<.001$

. Famílias negligentes demonstraram ser mais caóticas ($M=4.78$; $DP=2.29$) do que as famílias do grupo de controlo ($M=3.51$; $DP=1.68$), $t=4.33$, $p<.001$

. Famílias negligentes demonstraram ser menos verbalmente expressivas ($M=5.86$; $DP=1.44$) do que as famílias do grupo de controlo ($M=6.34$; $DP=1.23$), $t=2.46$, $p<.05$

Competências familiares

(Scores mais baixos refletem melhor funcionamento familiar)

. Famílias negligentes demonstraram menor liderança familiar partilhada ($M=3.13$; $DP=1.14$) do que as famílias do grupo de controlo ($M=2.44$; $DP=0.89$), $t=4.59$, $p<.001$

. Famílias negligentes demonstraram menor proximidade ($M=2.85$; $DP=0.99$) do que as famílias do grupo de controlo ($M=2.44$; $DP=0.89$), $t=4.93$, $p<.001$

. Famílias negligentes demonstraram ser menos competentes na negociação de objetivos ($M=2.96$; $DP=1.00$) do que as famílias do grupo de controlo ($M=2.48$; $DP=0.83$), $t=3.57$, $p<.001$

. Famílias negligentes demonstraram ser menos claros na expressão verbal ($M=2.66$; $DP=0.92$) do que as famílias do grupo de controlo ($M=2.17$; $DP=0.68$), $t=4.14$, $p<.001$

. Famílias negligentes demonstraram ser menos capazes de assumir as suas responsabilidades ($M=2.87$; $DP=0.81$) do que as famílias do grupo de controlo ($M=2.54$; $DP=0.73$), $t=2.93$, $p<.01$

. Famílias negligentes demonstraram ser menos responsivos para os restantes elementos ($M=2.62$; $DP=0.69$) do que as famílias do grupo de controlo ($M=2.34$; $DP=0.62$), $t=2.91$, $p<.01$

. Famílias negligentes demonstraram ser menos calorosas ($M=2.05$; $DP=0.71$) do que as famílias do grupo de controlo ($M=1.85$; $DP=0.52$), $t=2.14$, $p<.05$

. Famílias negligentes demonstraram ter mais conflitos não resolvidos ($M=2.87$; $DP=0.92$) do que as famílias do grupo de controlo ($M=2.55$; $DP=0.85$), $t=2.47$, $p<0.01$

. Famílias negligentes demonstraram ter menos empatia ($M=2.51$; $DP=0.73$) do que as famílias do grupo de controlo ($M=2.20$; $DP=0.66$), $t=3.07$, $p<0.01$

. Famílias negligentes demonstraram, no geral, níveis de funcionamento menos saudável ($M=4.84$; $DP=1.71$) do que as famílias do grupo de controlo ($M=3.91$; $DP=1.46$), $t=3.98$, $p<0.001$

13	Graham, Weiner, Cobb, & Henderson, 2001	75 mães com baixo rendimento: - 14 sinalizadas - 28 em risco - 33 de controlo	Abuso físico (sinalização aos serviços de proteção)	Idade (mãe)	<i>n.s.</i>
				Nº filhos	<i>n.s.</i>
				Estado civil (mãe)	<i>n.s.</i>
				Escolaridade	Mães abusivas e em risco têm menor nível de escolaridade em comparação com mães do grupo de controlo, $\chi^2(6)= 17.31$, $p<.001$
				Stress parental	Mães abusivas ($M=61.50$) e em risco ($M=53.75$) reportam maiores níveis de stress em comparação com mães do grupo de controlo ($M=39.76$), $F(2,72)= 5.76$, $p<.01$
				Percepções sobre transgressões da criança	<u>Gravidade dos comportamentos:</u> Mães abusivas avaliam os comportamentos da criança como mais negativos ($M=5.42$) do que as mães em risco ($M=4.56$) e do grupo de controlo ($M=4.52$), $F(2,72)= 3.11$, $p=.05$ <u>Frequência dos comportamentos:</u> Mães abusivas reportaram que a criança se comporta mal com maior frequência

					($M=4.45$) do que as mães em risco ($M=3.39$) e do grupo de controlo ($M=3.08$), $F(2,72)= 7.16, p<.01$
				Atribuições sobre transgressões da criança	<u>Responsabilidade atribuída à criança:</u> Mães abusivas atribuem maior responsabilidade à criança ($M=4.61$) do que mães do grupo de controlo ($M=3.83$), $F(2,72)= 3.63, p<.05$ <u>Raiva:</u> Mães abusivas reportaram sentir mais raiva ($M=4.50$) do que mães do grupo de controlo ($M=3.59$), $F(2,72)= 7.38, p<.01$
14	Hien & Honeyman, 2000	162 mães com baixo rendimento: - 87 consumidoras de drogas - 75 de controlo	Abuso físico (avaliação de práticas parentais)	Abuso de drogas	Mães consumidoras de drogas demonstraram maior probabilidade de utilizar punições mais violentas com as crianças ($M=100.6$; $DP=13.8$) do que as mães do sem qualquer consumo de drogas ($M=109.2$; $DP=10.9$), $F(1,161)= 18.76, p<.00001$
				Depressão	Mães deprimidas demonstraram maior probabilidade de utilizar punições mais violentas com as crianças ($M=100.8$; $DP=13.7$) do que as mães não deprimidas ($M=109.2$; $DP=10.9$), $F(1,161)= 18.76, p<.00001$
				História de abuso sexual na infância	Mães vítimas de abuso sexual na infância demonstraram maior probabilidade de utilizar punições mais violentas com as crianças ($M=102.4$; $DP=13$) do que as mães sem qualquer historial de abuso sexual na infância ($M=106.4$; $DP=13.23$), $F(1,161)= 3.64, p=.058$
				Stress Pós-Traumático	Mães com Stress Pós-Traumático demonstraram maior probabilidade de utilizar punições mais violentas com as crianças ($M=102.8$; $DP=12.8$) do que as mães sem Stress Pós-Traumático ($M=106.84$; $DP=13.5$), $F(1,161)= 3.77, p=.05$
				Violência doméstica	Mães envolvidas em relações maritais violentas demonstraram maior probabilidade de utilizar punições mais violentas com as crianças ($M=99.64$; $DP=13.8$) do que as mães não envolvidas em relações violentas ($M=106.9$; $DP=12.8$), $F(1,161)= 4.51, p<.01$
				Perturbação anti-social da personalidade	Mães com perturbação anti-social da personalidade demonstraram maior probabilidade de utilizar punições mais violentas com as crianças ($M=98.9$; $DP=15$) do que as mães sem esta perturbação ($M=105.8$; $DP=13$), $F(1,161)= 6.4, p<.01$
				Estratégias de coping	Maiores níveis de estratégias de coping externalizantes ($r= -.26, p<.001$) e evitantes ($r= -.16, p<.05$) associadas à utilização de punições mais violentas com as crianças

15	Joosen, Mesman, Bakermans-Kranenburg, & Van Ijzendoorn, 2013	43 famílias com baixo rendimento	Abuso físico (avaliação de práticas parentais)	Idade da mãe	<i>n.s.</i>
				Nível de condutância da pele	Em reação ao choro de uma criança, mães com risco de abuso físico demonstraram um aumento mais abrupto no nível de condutância da pele, $F(1, 46)= 5.22, p<.05$, partial $\eta^2=.10$, que se manteve igualmente mais elevado até ao final da tarefa, $F(1, 46)= 13.79, p<.01$, partial $\eta^2=.23$), em comparação com mães sem risco de abuso físico
				Arritmia Sinusal Respiratória	<i>n.s.</i>
16	Gaudin Jr., Polansky, Kilpatrick, & Shilton, 1993	205 famílias com baixo rendimento: - 102 negligentes - 103 não-negligentes	Negligência (sinalização aos serviços de proteção)	Solidão	Pais negligentes demonstraram maiores níveis de solidão percebida ($M=22.40, DP=5.17$) do que cuidadores não-negligentes ($M=19.47, DP=5.01$), $p=.0002$
				Stress	Pais negligentes vivenciaram mais eventos stressantes ($M=3.92, DP=2.30$) do que os pais não-negligentes ($M=1.59, DP=1.43$), $t=8.68, p=.0001$
				Isolamento social	<i>n.s.</i>
				Rede de suporte	Em comparação com pais não-negligentes, pais negligentes demonstraram ter: <ul style="list-style-type: none"> . Menos elementos na sua rede de suporte, $t=3.00, p=.003$. Menos amigos, $t=2.38, p=.02$. Menos pessoas com frequência de contacto, $t=2.5, p<.01$. Menos suporte emocional, $t=2.52, p=.01$. Menos ajuda tangível, $t=2.36, p=.02$. Menos orientação e conselhos, $t=2.64, p=.009$. Menos socialização, $t=2.34, p=.02$. Mais elementos críticos, $t=2.7, p=.008$. Mais crítica por parte dos outros, $t=2.4, p=.02$
				Depressão	Pais negligentes apresentaram níveis de depressão mais elevados ($M=34.67, DP=16.7$) do que os pais não-negligentes ($M=25.45, DP=12.5$), $t=4.45, p=.0001$
17	Ondersma, 2002	205 famílias com baixo rendimento: - 103 negligentes - 102 não-negligentes	Negligência (sinalização aos serviços de proteção)	Etnia	<i>n.s.</i>
				Estado civil	<i>n.s.</i>
				Beneficiário de apoios sociais	<i>n.s.</i>
				Escolaridade	Pais negligentes reportaram menores níveis de escolaridade ($M=10.0, DP=2.4$) do que pais não-negligentes ($M=12.1, DP=1.8$), $t(175)=6.9, p<.001$
				Abuso de drogas	Pais negligentes reportaram mais problemas de abuso de drogas na família (56%) do que pais não-negligentes (6%), $\chi^2(1)=60.6, p<.001$

				Depressão	Pais negligentes reportaram maiores níveis de depressão ($M=34.5$, $DP=16.7$) do que pais não-negligentes ($M=25.9$, $DP=12.2$), $t(183)=-4.2$, $p<.001$
				Eventos de vida negativos	Pais negligentes reportaram mais eventos de vida negativos ($M=2.5$, $DP=1.8$) do que pais não-negligentes ($M=1.9$, $DP=1.4$), $t(176)=-7.6$, $p<.001$
				Suporte social percebido	Pais negligentes reportaram menos suporte social percebido ($M=27.5$, $DP=5.1$) do que pais não-negligentes ($M=30.6$, $DP=5.0$), $t(199)=4.5$, $p<.001$
				Ambiente familiar	Pais negligentes demonstraram menor adequação do ambiente familiar ($M=24.2$, $DP=3.1$) do que pais não-negligentes ($M=37.5$, $DP=9.2$), $t(123)=-13.8$, $p<.001$
				Competências familiares	Pais negligentes demonstraram mais dificuldades ao nível das competências familiares ($M=5.4$, $DP=1.4$) do que pais não-negligentes ($M=4.6$, $DP=1.1$), $t(169)=-4.3$, $p<.001$
18	Ortega, 2002	54 mães com baixo rendimento	Abuso físico e psicológico (avaliação de práticas parentais)	Tamanho da rede de suporte	Mães com mais elementos na sua rede de suporte demonstraram utilizar mais estratégias de agressão verbal ($r=.33$, $p<.01$) e violência ($r=.319$, $p<.05$)
				Densidade da rede de suporte	<i>n.s.</i>
				Suporte social percebido dos amigos	<i>n.s.</i>
				Satisfação com suporte da família	Mães que revelaram utilizar mais estratégias de violência ($r=-.238$, $p<.05$) estão menos satisfeitas com o suporte da família
				Satisfação com suporte dos amigos	<i>n.s.</i>
				Utilização do suporte social	<i>n.s.</i>
				Funcionamento familiar	Mães com baixas perceções de funcionamento familiar utilizam mais estratégias de agressão verbal ($r=.342$, $p<.01$) e de violência ($r=.315$, $p<.05$)
19	Pereira, Negrão, Soares, & Mesman, 2015	58 díades mães-filhos, provenientes de contextos em desvantagem socioeconómica	Abuso físico (avaliação de práticas parentais)	Stress parental	Sob condições de privação socioeconómica severa, o stress parental prediz maiores níveis de disciplina materna severa, $\beta=-0.48$, $p<0.05$
				Conflito familiar	Sob condições de privação socioeconómica mais severa, o conflito familiar prediz níveis mais elevados de disciplina materna severa, $\beta=-0.35$, $p<0.05$
20	Scannapieco & Carrick, 2004	248 famílias com baixos rendimentos, investigadas pelos serviços	Abuso físico e psicológico Negligência médica e de	Vulnerabilidade da criança	Crianças classificadas como mais vulneráveis eram mais propensas a ter sido maltratadas do que as crianças menos vulneráveis, $t=-6.12$, $p<.001$, $r=.37$

de promoção e proteção	supervisão (sinalização aos serviços de proteção)	Proteção da criança pelos cuidadores	Crianças consideradas menos protegidas pelos cuidadores tinham uma maior probabilidade de serem vítimas de maus tratos confirmados, $t = -6.74, p < .001, r = .40$
		Etnia	<i>n.s.</i>
		Comportamento da criança	<i>n.s.</i>
		Fragilidade da criança	Famílias com crianças que foram classificadas como sendo frágeis apresentaram uma maior probabilidade de serem maltratantes, $t = -4.29, p < .001, r = .27$
		Condições de vida perigosas	Famílias que expuseram os seus filhos a condições de vida perigosas eram mais propensas a ser maltratantes, $t = -7.90, p < .001$
		Ambiente familiar	Famílias com mau trato confirmado foram avaliadas como tendo um ambiente familiar mais empobrecido, $t = -9.00, p < .001, r = 0.52$
		Stressores da casa	Famílias maltratantes apresentaram mais stressores imediatos em casa, $t = -5.27, p < .001$
		Sobrelotação da casa	<i>n.s.</i>
		Idade mãe/pai	<i>n.s.</i>
		Estado civil	<i>n.s.</i>
		Ligação ao filho	Famílias maltratantes apresentaram uma fraca ligação com os seus filhos ($t = -5.56, p < .001$), incluindo problemas de apego e falta de empatia para com as crianças
		Prestação de cuidados	Famílias maltratantes prestaram cuidados de menor qualidade aos seus filhos ($t = -9.50, p < .001$) e forneceram menos cuidados físicos ($t = -9.10, p < .001$)
		Conhecimentos sobre desenvolvimento da criança	Famílias maltratantes tinham cuidadores considerados menos capazes ($t = -8.94, p < .001$), com menos conhecimentos ($t = -7.72, p < .001$), menos habilidades ($t = -9.37, p < .001$) e menos capacidades enquanto cuidadores ($t = -9.37, p < .001$)
		Violência Social	<i>n.s.</i>
		Clima e ambiente social	O clima social foi considerado pior nas famílias maltratantes ($t = -5.24, p < .001$) Famílias com mau trato confirmado demonstraram viver em piores ambientes sociais ($t = -7.79, p < .001$)
		História de acolhimento na família	Famílias com uma história de acolhimento eram mais propensas a serem avaliadas como maltratantes ($\chi^2 = 11.95, p < .001$)
		História de abuso físico na família	<i>n.s.</i>
		História de negligência física	<i>n.s.</i>

				na família	
				História de negligência médica na família	<i>n.s.</i>
				História de abuso emocional na família	<i>n.s.</i>
				História de abuso sexual na família	Famílias com um historial de abuso sexual eram mais propensas a ser avaliadas como maltratantes ($\chi^2= 5.02$, $p<.05$)
				História de abandono na família	Famílias com um historial de abandono eram mais propensas a ser avaliadas como maltratantes ($\chi^2= 4.64$, $p<.05$)
				Rejeição das responsabilidades parentais	<i>n.s.</i>
21	Shanahan, Runyan, Martín, & Kotch, 2017	505 crianças oriundas de famílias em situação de pobreza	Negligência física (sinalização aos serviços de proteção e avaliação de práticas parentais)	Idade da mãe Nº crianças no agregado Género da criança Estado civil Depressão	<i>n.s.</i> <i>n.s.</i> <i>n.s.</i> <i>n.s.</i> Crianças pobres cujos pais sofrem de depressão demonstraram maior probabilidade de experienciar negligência física (OR=2.04, 95% IC=1.25-3.30, $p=.004$)
				História de mau trato na infância	Crianças pobres cujos cuidadores foram vítimas de mau trato na infância demonstraram maior probabilidade de experienciar negligência física (OR=1.81, 95% IC=1.17-2.81, $p=.008$)
				Qualidade do bairro	Crianças pobres que vivem em bairros com mais elevada qualidade têm menor probabilidade de experienciar negligência física (OR=0.74, 95% IC=0.57-0.96, $p=.03$)
22	Smith & Adler, 1991	90 pais-crianças: - 45 com suspeitas de abuso - 45 de controlo	Abuso (sinalização aos serviços de proteção)	Idade pai/mãe	. Mães de crianças vítimas de abuso mais jovens ($M=25.9$) do que as mães do grupo de controlo ($M=29.6$), $p=.0208$. Pais de crianças vítimas de abuso mais jovens ($M=28.1$) do que os pais do grupo de controlo ($M=32.2$), $p=.0302$
				História de abuso na infância	. Mães de crianças vítimas de abuso com mais historial de abuso na infância ($n=21$) do que as mães do grupo de controlo ($n=7$), $p=.0029$. Pais de crianças vítimas de abuso com mais historial de abuso na infância ($n=15$) do que os pais do grupo de controlo ($n=6$), $p=.0370$
				Número de separações da criança	Crianças vítimas de abuso foram separadas dos seus pais mais vezes ($M=1.222$) do que as crianças de controlo ($M=0.444$), $p=.0193$

				Agressividade da criança	Crianças vítimas de abuso mais descritas como agressivas ($n=10$) do que crianças do grupo de controlo ($n=2$), $p=.0456$
				Relação parental	Pais abusivos reportarem pior qualidade da sua relação ($M=2.46$) em comparação ao grupo de controlo ($M=3.64$), $p=.0045$
				Fatores de stress	Pais abusivos referiram ter mais fatores de stress ($M=4.9$) do que o grupo de controlo ($M=3.4$), $p=.0084$
23	Yang & Maguire-Jack, 2016	814 mães com baixo rendimento	Negligência ao nível das necessidades básicas e de supervisão (sinalização aos serviços de proteção)	Situação perante o trabalho	<i>n.s.</i>
				Beneficiário de apoios sociais	Ser beneficiário de apoios sociais governamentais aumenta a probabilidade de sinalização por negligência ao nível dos cuidados básicos ($OR=8.61$, $SE=6.85$, $p<.01$)
				Depressão	<i>n.s.</i>
				Condições saúde da mãe	Condições piores de saúde da mãe aumentam a probabilidade de sinalização por negligência de supervisão ($OR=4.22$, $SE=3.08$, $p<.05$)
				Violência doméstica	<i>n.s.</i>
				Preocupações com os cuidados à criança	Mais preocupações relativas aos cuidados com a criança aumentam a probabilidade de sinalização por negligência de supervisão ($OR=1.18$, $SE=0.09$, $p<.05$)
				Suporte social	<i>n.s.</i>
				Segurança do bairro	Mudar para um bairro inseguro aumenta a probabilidade de sinalização por negligência de supervisão ($OR=2.42$, $SE=0.98$, $p<.05$)
				Estado civil	<i>n.s.</i>
				Estrutura do agregado	<i>n.s.</i>
				Nº filhos	<i>n.s.</i>
24	Zuravin, 1988	692 mães com baixo rendimento: - 118 abusivas - 119 negligentes - 281 grupo de controlo	Abuso físico e negligência (sinalização aos serviços de proteção e avaliação de práticas parentais)	Idade ao nascimento do 1º filho (mãe)	Mães maltratantes eram mais novas no nascimento do 1º filho do que as mães do grupo de controlo: mães negligentes ($M=17.9$, $DP=2.6$), mães abusivas ($M=18.3$, $DP=2.8$), em comparação com mães do grupo de controlo ($M=19.5$, $DP=3.1$)
				Nº filhos	Mães maltratantes têm mais nados-vivos: mães negligentes ($M=3.9$, $DP=2.1$), mães abusivas ($M=3.0$, $DP=1.5$), em comparação com mães do grupo de controlo ($M=1.9$, $DP=1.2$)
				Escolaridade	Mães maltratantes têm menos escolaridade: mães negligentes ($M=9.8$, $DP=1.8$), mães abusivas ($M=10.4$, $DP=1.8$), em comparação com mães do grupo de controlo ($M=11.1$, $DP=1.7$)
				História de desemprego	Mães maltratantes apresentam menos probabilidade de alguma vez terem

					estado empregadas: mães negligentes (55%), mães abusivas (50%), em comparação com mães do grupo de controlo (37%)
25	Zuravin & DiBlasio, 1992	102 mães com baixo rendimento: - 22 negligentes - 80 não-negligentes	Negligência (sinalização aos serviços de proteção e avaliação de práticas parentais)	Vinculação da mãe	<i>n.s.</i>
				História de abuso físico na infância	<i>n.s.</i>
				História de negligência física na infância	<i>n.s.</i>
				História de abuso sexual na infância	Experiências da mãe de abuso sexual na infância aumentam a probabilidade de negligência (OR=4.42, $p<.01$)
				Idade ao nascimento do 1º filho (mãe)	Mãe ser mais nova ao nascimento do 1º filho aumenta a probabilidade de negligência (OR=.59, $p<.01$)
				Locus de controlo (mãe)	<i>n.s.</i>
				Auto-estima (mãe)	<i>n.s.</i>
				Estratégias de coping (mãe)	<i>n.s.</i>
				Escolaridade	Menores níveis de escolaridade da mãe aumentam a probabilidade de negligência (OR=.72, $p<.05$)
				Prematuridade	Prematuridade dos filhos aumenta a probabilidade de negligência (OR=2.80, $p<.05$)
				Nº filhos	Maior número de filhos aumenta a probabilidade de negligência (OR=7.49, $p<.001$)